

Escola Municipal do Campo “Vereador Pedro  
Sérgio Corrêa”.

Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Projeto  
Político  
Pedagógico

2021

## SUMÁRIO

1- IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO .....	4
1.1 - Instituição de Ensino.....	4
1.2 - Município .....	4
1.3 - Dependência administrativa .....	4
1.4 - Ato de autorização da instituição.....	4
1.5 - Núcleo Regional de Educação.....	4
1.6 - Ato de Reconhecimento da instituição de ensino .....	4
1.7 - Ato de Credenciamento da instituição de ensino.....	4
1.8 - Parecer do NRE de aprovação do Regimento Escolar.....	4
1.9 - Entidade Mantenedora .....	4
1.10 - Localização .....	4
1.11 - Histórico da instituição de ensino .....	4
2- ORGANIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.....	6
2.1 - Níveis e Modalidades de Ensino.....	6
2.2 - Organização Funcional.....	7
2.3 - Ambientes Pedagógicos.....	7
2.4 - Instâncias Colegiadas.....	8
3 - ELEMENTOS SITUACIONAIS .....	8
a) Gestão Escolar .....	10
b) Critérios de organização das turmas.....	11
c) As rotinas escolares e a organização dos tempos e espaços .....	11
d) Hora atividade (acompanhamento e organização) .....	12
e) Formação continuada .....	12
f) Transição entre as etapas de ensino e a articulação entre as escolas das diferentes redes.....	12
g) Integração entre estudantes e profissionais da escola .....	14
h) Articulação da participação dos pais, famílias e responsáveis .....	14

i) Contradições e conflitos presentes no cotidiano escolar .....	17
j) As relações de trabalho na escola envolvendo a Comunidade Escolar e os processos de gestão.....	18
k) Organização dos aspectos físicos e pedagógicos.....	20
l) Índices de aproveitamento escolar.....	21
m) Implementação da Educação em Direitos Humanos e respeito à diversidade .....	24
n) Inclusão da pessoa com deficiência ou necessidades especiais .....	25
o) Demandas socioeducacionais .....	27
I - Educação em Direitos Humanos.....	27
II - Os direitos das crianças e dos adolescentes.....	27
III – O processo de envelhecimento, o respeito e a valorização do idoso .....	28
IV – A educação para o trânsito.....	29
V – A educação ambiental .....	30
VI – A educação alimentar e nutricional .....	31
VII – A educação digital.....	32
VIII – A diversidade cultural, étnica, lingüística e epistêmica, na perspectiva do desenvolvimento de práticas educativas ancoradas no interculturalismo.....	33
IX – O respeito ao caráter pluriétnico e plurilíngüe da sociedade brasileira.....	34
p) Registros da prática pedagógica.....	35
4 - ELEMENTOS CONCEITUAIS.....	35
4.1 - Sociedade, Cidadania, Homem .....	35
4.2 - Criança, Infância, Desenvolvimento Humano, Adolescência:.....	37
4.3 - Trabalho, Ciência, Tecnologia e Cultura: .....	40
4.4 - Educação, Escola, Ensino e Aprendizagem, Conhecimento: .....	45
4.5 - Alfabetização e Letramento .....	49
4.6 - Currículo .....	51
4.7 - Avaliação .....	52
4.8 - Formação Continuada .....	54

5 - ELEMENTOS OPERACIONAIS.....	54
Plano de ação .....	55
Organização Pedagógica nos processos avaliativos .....	61
Organização do Conselho de Classe.....	63
Estratégias para articulação com a família .....	63
Recuperação de estudos e final.....	64
Reclassificação, análise das transferências e adaptações.....	65
Projeto desenvolvido.....	68
Avaliação do Projeto Político-pedagógico.....	67
Avaliação Institucional.....	67
Proposta pedagógica Curricular.....	71
6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	71
7 - ANEXOS .....	72

## **1- IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO:**

### **1.1 - Instituição de Ensino:**

Escola Municipal do Campo “Vereador Pedro Sérgio Corrêa”-Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Código no INEP: 4105944

### **1.2- Município:** Sengés

Código: 2650

### **1.3- Dependência administrativa:**

Código: 03

### **1.4- Ato de autorização da instituição:**

Resolução nº 2918/1984 de 10/02/1984

### **1.5- Núcleo Regional de Educação:** Wenceslau Braz

Código: 30

### **1.6- Ato de Reconhecimento da instituição de ensino:**

Resolução nº 2615/1988 de 15/08/1988

### **1.7- Ato de Credenciamento da instituição de ensino:**

Resolução nº 1302/2020 de 30/04/2020

### **1.8- Parecer do NRE de aprovação do Regimento Escolar:** nº 58/2014 de 28/07/2014

### **1.9- Entidade Mantenedora:**

Prefeitura Municipal de Sengés

### **1.10 - Localização:**

Urbana.

### **1.11 - Histórico da instituição de ensino:**

A Escola Municipal do Campo “Vereador Pedro Sérgio Corrêa” – E.I.E.F., localizada à Rua do Ginásio, s/n, no Distrito de Reianópolis, município de Sengés, Paraná, recebeu esta denominação em homenagem ao Senhor Pedro Sérgio Corrêa, nascido em São José da Boa Vista. Casado, pai de cinco filhos, mudou-se para esta localidade, onde exercia a profissão de lavrador e, nas horas vagas, carpinteiro, ajudando a população deste local.

Foi vereador nos anos de 1976 a 1979, sendo reeleito no mandato seguinte, o qual não pode ser concluído devido a seu falecimento no dia 1º de novembro de 1981, aos 60 anos, em consequência de uma parada cardíaca.

A escola foi criada no ano seguinte, em 1982, através do Decreto Municipal nº 36/82 de 15 de dezembro de 1982, de acordo com a resolução nº 2918/84 com recursos do Pro - Município, para atendimento experimental de agrupar escolas rurais multisseriadas de 1ª a 4ª séries, localizadas em vários bairros e implantar o ensino de 5ª a 8ª séries.

Denominada, inicialmente, Escola Rural Consolidada “Vereador Pedro Sérgio Corrêa” e, posteriormente, Escola Municipal “Ver. Pedro Sérgio Corrêa”, atendia o ensino de 1ª a 4ª séries em convênio com a SEED.

Em 1994 foi estadualizado o ensino de 5ª a 8ª séries e criada a Escola Estadual “Prof. Francisco da Silva Reis”, ficando a Escola Municipal “Vereador Pedro Sérgio Corrêa” responsável pelo ensino de 1ª a 4ª séries.

A escola teve como primeira diretora a Srª Isolina de Mello Lima, professora municipal, tendo como seus sucessores os seguintes professores: Mário Safka, Evanir da Silva Santos, Eneide Queiroz Kappke, Rita de Cássia Ciola Lima, Ana Maria Eugênio Picon, Maria Edelina Barbosa Fagundes, Maria Catarina de Oliveira Ciola, Gláucia Luciene Marques Lourenço Gabriel e, atualmente, a gestão é feita pela Srª Sandra Mara de Oliveira Souza, também professora da rede municipal de ensino.

Este estabelecimento de ensino tem como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Sengés.

A referida escola beneficia com o Ensino Fundamental os alunos de sete escolas desativadas:

- Escola Rural José da Silva Reis;
- Escola Rural Francisco Martins de Souza;
- Escola Rural Matão;
- Escola Rural Nova Esperança;
- Escola Rural Dr. Getúlio Vargas;
- Escola Rural Serraria Velha;
- Escola Rural Porto Felício Corrêa.

Através da Resolução 4563/1996, de 03 de dezembro de 1996, a escola passou a oferecer o ensino na modalidade infantil, com atendimento para crianças de cinco anos.

A Resolução 4152/2011, de 22 de setembro de 2011, mudou a denominação para Escola Municipal do Campo “Vereador Pedro Sérgio Corrêa” - E.I.E.F., e que hoje oferta os cursos de Educação Infantil, para alunos de 4 e 5 anos, e Ensino Fundamental Séries Iniciais de 1º a 5º anos, com a organização bissetriada, diante ao reduzido número de alunos matriculados.

Funciona no turno vespertino, contando com o transporte escolar municipal, para atender os alunos das escolas desativadas dos bairros vizinhos, no trajeto de casa à escola.

## **2- ORGANIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO:**

### **2.1 - Níveis e Modalidades de Ensino:**

Com a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que altera o artigo 6º da LDB, e com o seu artigo 4º, muda também o critério de oferta da Educação Básica na Constituição Federal, ampliando a oferta e a obrigatoriedade e antecipando a entrada das crianças na Educação Infantil, de 6 para 4 anos completos até 31 de março do ano em vigor. Do ponto de vista pedagógico é importante esse ingresso, pois, nesta fase, a criança constrói seus valores, desenvolve seu caráter e precisa de abordagens específicas, para o seu desenvolvimento social, emocional, afetivo, coordenação-motora e raciocínio. O trabalho a ser desenvolvido, deve ser de maneira lúdica, metodologias e experiências que oportunizem o aprendizado e desenvolvimento infantil.

<b>Etapa</b>	<b>Turno</b>	<b>Ano/Série</b>	<b>Turmas</b>	<b>Matrículas</b>
Educação Infantil (Pré-escola) Cód. 2002	Tarde	Infantil 4/5 multissetriada	1	20
Ensino Fundamental 1º-5º Ano – Ciclo Cód. 4026	Tarde	1º/2º multissetriada	1	19
Ensino Fundamental 1º-5º Ano – Ciclo Cód. 4025	Tarde	3º ano	1	13
Ensino Fundamental 1º-5º Ano – Série Cód. 4035	Tarde	4º ano	1	10
Ensino Fundamental 1º-5º Ano – Série Cód. 4035	Tarde	5º ano	1	16

## 2.2 - Organização Funcional:

<b>Nome</b>	<b>Função</b>	<b>Turno</b>	<b>Habilitação</b>	<b>Vínculo funcional</b>
Adriana Pereira Picon	Professora	Tarde	Pedagogia	Efetivo
Jeniffer Larissa Venerio	Professora	Tarde	Pedagogia	Estágio Probatório
Larissa de Matos Luz	Professora	Tarde	Magistério	Efetivo
Maria Letícia Ubaldo Gouveia	Professora	Tarde	Pedagogia	Estágio Probatório
Nelson Antonio Ciola Junior	Professor	Tarde	Letras/ Pedagogia	Estágio Probatório
Mariane de Proença	Zeladora	Manhã/ tarde	Ensino Médio	Efetivo
Sandra Mara de Oliveira Souza	Diretora	Manhã/ tarde	Letras	Efetivo

## 2.3 - Ambientes Pedagógicos:

<b>Local</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Local</b>	<b>Quantidade</b>
Salas de aula	5	Banheiro Feminino	4
Sala da diretora	1	Banheiro Feminino	2
Sala de professores	1	Infantil	
Biblioteca	1	Chuveiro Feminino	1
Cozinha	1	Banheiro Masculino	4
Refeitório	1	Banheiro Masculino	2
Despensa	1	Infantil	
Área de serviço	1	Chuveiro Masculino	1
Quadra esportiva	1	Banheiro Funcionárias	1
Parque de areia	1	Banheiro Feminino Adaptado	1
Área verde	1	Banheiro Masculino Adaptado	1

## **2.4 - Instâncias Colegiadas:**

A gestão escolar conta com o apoio do corpo docente, dos funcionários, pais e dos órgãos colegiados que colaboram na construção de práticas democráticas que contribuem para uma educação de caráter transformador.

A gestão democrática tem como princípio a participação, a transparência e a implementação de políticas educacionais comprometidas com a qualidade do ensino.

Contudo, não se pode pensar em gestão democrática sem a participação, presença e comprometimento da comunidade escolar. Sendo assim, a participação das Instâncias Colegiadas, APMF, Conselho Escolar e Conselho de Classe, contribui para que esta modalidade de gestão realmente aconteça.

## **3 - ELEMENTOS SITUACIONAIS:**

A escola tem como objetivo o desenvolvimento da criança, de forma que a torne cada vez mais independente e segura, descobrindo o seu corpo e as suas potencialidades, bem como estabelecendo vínculos e relações sociais através do brincar, da expressão de emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades.

Essa prática deve estimular a curiosidade para a observação e exploração do ambiente, de forma consciente, mostrar as diferentes linguagens e manifestações culturais que caracterizam a sociedade na qual vive.

A missão da escola é preparar a criança para o mundo adulto e suas contradições, fornecendo-lhe como instrumento o saber elaborado, que será adquirido através de conteúdos e de atividades de socialização, para uma participação organizada e ativa na democratização da nossa sociedade.

Dar oportunidade a todos os alunos, respeitando as diferenças, de adquirir o saber elaborado, a escrita, a leitura, a interpretação e conhecimento dos numerais, bem como raciocínio lógico, o saber científico e histórico, as artes visuais e o desenvolvimento motor, recreativo e competitivo, através das atividades interdisciplinares, onde não será priorizada apenas uma área do conhecimento, mas o desenvolvimento integral do aluno (físico, psicológico, intelectual e social), onde irá sentir, pensar e representar, interagindo o meio físico ao humano, sendo as trocas de experiências construídas e partilhadas de forma contextualizada, tornando a vida escolar prazerosa e atrativa para todos.

A escola se localiza ao norte do município, região em que a economia está centrada no trabalho com a exploração de florestas de eucalipto, produção de carvão e leite.

A escola atende atualmente 78 alunos que na sua maioria são filhos de pais trabalhadores no corte de madeira, fornos de carvão e produtores rurais, seja na pecuária ou na agricultura. A maioria das mães são donas de casa. No entanto, uma significativa parcela trabalha como executora de serviços gerais nas carvoarias, bem como diaristas e produtoras rurais. As mães que trabalham fora do ambiente doméstico deixam seus filhos com parentes ou uma babá que, na maioria das vezes, trata-se de parente ou vizinha. A maioria das famílias tem renda de um salário mínimo, sendo que existem aquelas que recebem até menos de um salário. Os beneficiários do Programa Bolsa Família correspondem a 40% do número de famílias. Em relação à religião, pode-se dizer que os que se declaram católicos representam o dobro de evangélicos, sendo uma minoria que se define sem religião. Das famílias que se definem como católicos, grande parte não é praticante.

As famílias, em sua maioria, são constituídas por quatro pessoas, com predominância das residências na zona rural, sendo imóvel próprio, de alvenaria. A totalidade das famílias possui energia elétrica e água encanada.

O grau de escolaridade dos pais ou responsáveis é, na maioria, o ensino fundamental incompleto.

De acordo com pesquisa realizada, os pais avaliam a instituição como uma boa escola, com profissionais competentes e responsáveis, direção presente, eficiente e democrática. No entanto, acreditam que o resultado seria mais eficiente e proveitoso se a escola fosse organizada em turmas únicas, sem a bissetoriação. Também há menção sobre o espaço físico que se mostra perigoso em alguns aspectos, principalmente para as crianças menores.

Observa-se, em algumas famílias, indícios de desestrutura familiar, o que reflete em desvios de comportamento e no processo de aprendizagem.

A escola conta com professores comprometidos e capacitados, onde 66% possuem nível superior e pós-graduação e os 44% restante são professores iniciantes que já estão cursando o nível superior. Os professores são conscientes da realidade de vida dos alunos, como também são profissionais dedicados que estão sempre desenvolvendo ações para ajudá-los não só no desenvolvimento cognitivo, como também na transmissão de valores morais e cívicos, destacando o respeito,

resgatando a auto-estima e incentivando-os a buscarem um mundo melhor, com mais qualidade de vida, garantindo a todos o conhecimento e permitindo o seu desenvolvimento global.

Os docentes estão sempre trocando experiências e atividades didáticas para alcançar os objetivos propostos a todos os conteúdos, contando sempre com o apoio de uma direção democrática e solidária, onde todos têm oportunidade de expressar suas idéias em relação ao assunto em pauta, prevalecendo a sugestão da maioria.

A escola procura conscientizar as famílias sobre a importância dos pais na vida escolar dos filhos através de reuniões bimestrais, por turma, que contam com a participação de pais, professora e diretora.

A prioridade da instituição tem sido a difusão de conteúdos e a formação moral e ética do educando.

#### **a) Gestão Escolar:**

A Gestão escolar expressa através de princípios democráticos e de forma colegiada pressupõe a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores e funcionários, em todos os aspectos da organização da escola.

A deliberação CEE 02/2005 cumpre, portanto, a legislação nacional ao estabelecer que a proposta pedagógica deva ser resultado do processo de participação coletiva da comunidade e dos segmentos que compõem a instituição, e ao determinar, explicita que a gestão escolar tem princípios democráticos, possibilitando o compartilhamento das decisões através de diálogo, cooperação, liberdade de expressão e respeito às diferenças, em torno da educação que pretendemos.

A gestão escolar é um processo que rege o funcionamento da escola, compreendendo, tomada de decisão, planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das questões administrativas e pedagógicas, no âmbito da unidade escolar, baseada na legislação em vigor e nas diretrizes pedagógico-administrativas fixadas pela Secretaria Municipal de Educação.

A gestão é desenvolvida de forma coletiva, efetivando o envolvimento da comunidade escolar através de seus representantes na forma definida pelo

Regimento Escolar, em parceria com as instâncias colegiadas: APMF, Conselho Escolar e Conselho de Classe.

**b) Critérios de organização das turmas:**

A Escola Municipal do Campo “Ver. Pedro Sérgio Corrêa” funciona em dualidade com a Escola Estadual “Professor Francisco da Silva Reis”, atendendo sua clientela somente no período vespertino, das treze às dezessete horas, uma vez que a demanda de matrículas é baixa e o período matutino atende os alunos da escola estadual.

As turmas do Ensino Infantil são organizadas de forma bisseriada e o Ensino Fundamental também atende uma turma bisseriada, em que o agrupamento das turmas é determinado de acordo com o número de alunos.

**c) As rotinas escolares e a organização dos tempos e espaços:**

Diariamente, os alunos são recepcionados pela diretora e/ou professores, no pátio interno, no início da aula, onde cantam os hinos pátrios, bem como são orientados sobre situações pertinentes à vida escolar. Em seguida, os alunos seguem para suas salas de aula acompanhados pelo professor.

A Educação Infantil funciona seguindo o calendário Escolar do Ensino Fundamental, aprovado pela Secretaria de Educação Municipal e pelo Núcleo Regional.

Nessa fase da Educação Infantil o tempo é organizado de acordo com as necessidades da criança, desenvolvendo as atividades e respeitando seu tempo através de brincadeiras, onde possa aprender a manifestar seus interesses e escolhas.

A criança explorará cada situação oportunizando a construção de relações significativas, através de trabalhos em grupos e individuais.

O espaço físico é organizado de forma acolhedora, com vários cantinhos, onde a criança tenha liberdade para se movimentar, brincar e desenvolver as atividades propostas de forma prazerosa.

No momento do intervalo as crianças têm um período maior para fazer o lanche, sendo acompanhadas pelo professor que usa desse também um espaço para aprendizagem.

O Ensino Fundamental funciona seguindo o calendário escolar, aprovado pela Secretaria de Educação e pelo Núcleo Regional.

O ano contempla 200 dias letivos, num total de 800 horas/aula.

O Ensino Fundamental tem seu intervalo organizado em períodos de acordo com a faixa etária, com o objetivo de que todos possam utilizar o refeitório e o pátio para brincadeiras e interação das crianças.

O intervalo segue a escala de horários da seguinte forma:

14h40min às 15h – Pré II e Pré III;

14h45min às 15h – 1º e 2º anos;

15h às 15h15min – 3º, 4º e 5º anos.

Conforme o **PARECER N.º: CEB 02/2003**, o momento do recreio acontece de forma dirigida, sendo que cada docente, acompanhando sua turma, oportuniza momentos de aprendizado, tanto durante a refeição como nas brincadeiras. Mesmo nas atividades livres, o professor está atento aos acontecimentos e o relacionamento entre os alunos. Posteriormente, pode usar de certas situações para contextualizar algum conteúdo a ser trabalhado nas aulas seguintes.

**d) Hora atividade (acompanhamento e organização):**

Os professores possuem semanalmente duas horas-atividade individual, sendo elas acompanhadas pela diretora e registro em livro próprio da instituição. Momento em que o docente permanece presente na escola, estando na biblioteca, sala dos professores, sua própria sala ou, se necessário, em reunião com pais ou diretora. Também participam de duas horas-atividade coletiva, sob a orientação da diretora, onde ocorrem coletivamente estudos de assuntos relacionados ao ensino aprendizagem, andamento e funcionamento da escola, troca de experiências, apontamento do desenvolvimento das turmas, entre outros.

**e) Formação continuada:**

A formação continuada dos professores é fornecida pela SME dentro das conformidades e exigências do MEC, sendo dividida em duas etapas: uma no início do ano e outra posteriormente, com carga horária total de 40 horas.

**f) Transição entre as etapas de ensino e a articulação entre as escolas das diferentes redes:**

A passagem da Educação Infantil para o Ensino Fundamental representa um marco significativo para a criança, podendo gerar nela ansiedades e insegurança.

Considerando esse fato, desde o início do ano o professor de educação infantil, deverá estar disponível e atento para as questões e atitudes que as crianças possam manifestar, realizando projetos e momentos de recreação que os envolva aos demais alunos do ensino fundamental.

Essas ações ajudarão ao desenvolvimento de forma positiva frente às futuras mudanças, garantindo a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança.

O processo entre os aspectos marcantes que necessitam de especial atenção na etapa do Ensino Fundamental está na transição de Educação Infantil para o Ensino Fundamental e dos anos iniciais para os finais. O processo de transição pauta-se em um acolhimento afetivo que garanta segurança e pertencimento à nova organização escolar (diversidade de horários e tempo escolar, encaminhamentos metodológicos, número de professores, entre outras), tarefa a ser desenvolvida por toda a equipe, tanto da instituição de origem como da instituição de destino, promovendo assim, um diálogo entre diferentes instituições (municipal e estadual).

Outro aspecto importante a ser observado na transição é continuidade do trabalho pedagógico, pois a criança e/ou adolescente precisa compreender que os conhecimentos adquiridos em etapas anteriores serão a base para novos conhecimentos. Esse processo de continuidade promove o interesse do estudante e sinaliza um ponto de partida para o trabalho do professor.

A passagem entre as etapas e fases da educação básica pode ser repleta de preocupações e expectativas. Buscando minimizar as dúvidas e anseios dos alunos que irão concluir uma etapa e iniciar outra, se faz necessário antever situações que possam ser conflituosas, mostrando que essas podem trazer ganhos e ampliação de conhecimento.

O ambiente físico não é um aspecto conflituoso para os alunos devido ao compartilhamento do prédio escolar pelas instituições de ensino municipal e estadual. No entanto, são necessárias ações que possam minimizar os conflitos nesse processo, tornando o processo de educar e aprender sempre uma tarefa gratificante para todos os atores, a saber:

Educação Infantil	Ensino Fundamental
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conversa direcionada à questão da mudança de série, levando os alunos a compreenderem que o ambiente de ensino é o mesmo e a etapa seguinte será igualmente prazerosa.</li> <li>- Manutenção de uma rotina em que haja semanalmente, no início do ano letivo, o dia do brinquedo, o momento do parque, de forma a proporcionar a prática da ludicidade nas atividades desenvolvidas, sendo que esta seja mantida no decorrer do ano letivo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conversa direcionada à questão da mudança de série, levando os alunos a compreenderem que o ambiente de ensino é o mesmo e a etapa seguinte exige o mesmo comprometimento da atual.</li> <li>- Interação entre os docentes do 5º e 6º anos para que não haja ruptura de valores e se mantenha, mesmo que temporariamente, a forma e organização de trabalho.</li> <li>-Dar continuidade ao trabalho com situações concretas.</li> <li>- Fixação da rotina de horários de aula.</li> </ul>

**g) Integração entre estudantes e profissionais da escola:**

A relação entre professor e aluno é de extrema importância no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que, pela interação social o ser humano não só tem acesso ao saber acumulado pelos seus antecedentes como, ao fazê-la, constitui-se enquanto sujeito, transformando esses valores. As relações estabelecidas no social são fundamentais para o processo de aprendizagem do aluno. Para isso, a perspectiva se volta para o papel do docente mediador, oportunizando no processo de ensino um diálogo aberto, que valorize o conhecimento prévio, de forma incentivadora à busca do novo. Faz-se necessário o estabelecimento das normas que devem contribuir para o bom relacionamento entre todos que convivem no ambiente escolar, de modo que cada um esteja ciente de seus direitos e deveres

No que se refere à relação entre alunos e demais funcionários, existe respeito mútuo, amizade e demonstração de carinho e solidariedade por ambas as partes.

**h) Articulação da participação dos pais, famílias e responsáveis:**

Através de um trabalho unificado, entre comunidade, professores e equipe pedagógica se faz necessário promover ações que motivem os pais, para que compreendam sua importância no convívio escolar e a responsabilidade na vida escolar de seus filhos.

A relação entre escola e família consiste na participação nas reuniões trimestrais, no Conselho Escolar e Associação de Pais, Mestres e Funcionários, nos frequentes contatos dos professores e direção com pais e/ou responsáveis, estando estes cientes de que o diálogo constante é essencial para a construção de uma educação de qualidade, em que seja contemplado o desenvolvimento da aprendizagem e da sociabilidade dos alunos.

As Instâncias Colegiadas têm a sua participação ordinária e, quando necessário, extraordinária na escola.

**Instâncias Colegiadas: APMF, Conselho Escolar e Conselho de Classe** - são organizações compostas por representantes de todos os segmentos da comunidade com o objetivo de auxiliar o diretor na função de Gestor Escolar, nas decisões e encaminhamentos para solucionar os problemas do cotidiano da escola, mas tendo como objetivo principal a busca pela melhoria da qualidade no processo ensino e aprendizagem.

**Conselho de Classe** - órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, em que acontece o encontro dos docentes, direção, equipe pedagógica e representação facultativa de alunos e pais, para momentos de reflexão pedagógica, onde todos os sujeitos do processo educativo, de forma coletiva, discutem alternativas e propõem ações educativas eficazes que possam vir a sanar necessidades e ou dificuldades apontadas no processo ensino aprendizagem.

O Conselho de Classe pode ser organizado em três momentos: pré-conselho, conselho de classe e pós-conselho.

**Conselho Escolar** - órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora sobre a organização e a realização do trabalho pedagógico e administrativo do estabelecimento de ensino, conforme com a legislação educacional vigente. Dentre as atribuições previstas a essa instância, cabe deliberar sobre as normas internas e o funcionamento da escola; participar da elaboração do Projeto Político-Pedagógico; analisar as questões encaminhadas pelos diversos segmentos, propondo sugestões; acompanhar a execução das ações pedagógicas,

administrativas e financeiras da escola e mobilizar a comunidade escolar e local para a participação em atividades em prol da melhoria da qualidade da educação, como prevê a legislação. O Conselho possui mandato de dois anos, devendo ser renovado após vencido esse período.

O atual Conselho Escolar terá sua vigência até 23 de março de 2023, sendo assim representado:

- Presidente: Sandra Mara de Oliveira Souza;
- Representante da equipe pedagógica: Rosilene Fernandes dos Santos e Alessandra Rodrigues;
- Representantes do corpo docente: Adriana Pereira Picon e Maria Letícia Ubaldo Gouveia;
- Representantes dos agentes educacionais: Mariane de Proença e Antônio Francisco de Oliveira;
- Representantes de pais de alunos ou responsáveis: João Picon e Lucélia Gabriel Pereira;
- Representantes dos movimentos sociais: Jaime Martins de Souza e Andréia Maria Oliva;
- Representantes da APMF: Ana Lúcia Aliberti e Jaqueline Bernardo Antunes.

**Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF)** - órgão de representação dos pais, mestres e funcionários do estabelecimento de ensino sem caráter político, partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, a qual prima pela busca de soluções equilibradas para os problemas coletivos do cotidiano escolar, dando suporte à direção e à equipe pedagógica, visando o bem-estar e formação integral dos alunos. Não há remuneração a seus dirigentes e conselheiros, que atuam a cada mandato por um período de dois anos.

A atual gestão terá seu vencimento em 10 de junho de 2021, estando assim representada:

- Presidente: Ana Lúcia Aliberti;
- Vice-presidente: Greiciele Laurindo Lopes;
- Primeiro secretário: Rosane Martins de Souza Silva;
- Segundo secretário: Alessandra de Fátima Kulik Oliveira;
- Primeiro tesoureiro: Suelen de Fátima da Rosa Malaquias;

- Segundo Tesoureiro: Lucimara Aparecida Aliberti;
  - Primeiro diretor sociocultural: Beatriz Carolina Resende;
  - Segundo diretor sociocultural: Luís Rogério Garcia Fante;
- Conselho Deliberativo e Fiscal:
- Representantes de mestres: Sandra Mara de Oliveira Souza e Adriana Pereira Picon;
  - Representantes de Funcionários: Mariane de Proença e Suélem Aparecida dos Santos Lopes;
  - Representantes de pais: Jaqueline Bernardo Antunes, Nilcinéia Gabriel Pereira de Oliveira, Rosimara de Oliveira e Alice Camargo de Oliveira.

O relacionamento dos pais ou responsáveis consta no Regimento Escolar que regulamentará seus direitos e deveres.

**i) Contradições e conflitos presentes no cotidiano escolar:**

Desde que a educação brasileira foi sistematizada no Brasil, discute-se um meio de melhorar a sua qualidade, acreditando no pensamento de proporcioná-la a todos.

A sociedade necessita de professores capacitados, que possam trabalhar em prol de uma educação democrática.

A escola deve ter como principal objetivo ser organizadora e produtora de um saber mediado pelo trabalho, sendo que esse deve ser entendido como produção material e cultural da existência humana.

A educação deve levar em conta todos os âmbitos do desenvolvimento, tais como: sustentabilidade ambiental, social, política, cultural. Na sala de aula acontece então a sistematização desse conhecimento de mundo. Tudo deve ser levado em consideração: os conhecimentos adquiridos no ambiente familiar, na convivência social e cultural do aluno.

A escola deve apresentar-se como um instrumento de apropriação do saber e agente transformador da sociedade. O principal papel desempenhado pela escola, neste contexto, é o de preparar os alunos para o mundo em que vivem tornando-os seres críticos conscientes das contradições existentes na sociedade da qual fazem parte.

Nesse contexto, a escola tem procurado discutir as práticas educativas: os seus conhecimentos, seus saberes, suas competências e suas habilidades, visto que a partir da legitimação desses aspectos é que podemos construir outras possibilidades de educação, como também, investido na capacitação dos professores, de modo a promover questionamentos sobre o significado das reflexões desencadeadas ao longo do seu processo educativo.

No entanto, a escola depara-se com problemas que têm interferido no cotidiano escolar, afetando a qualidade de ensino: a organização de turmas bisseriadas, que exige intensa atenção de um único professor para ambas as turmas, ficando com um déficit de conteúdo; a dualidade de instituições no mesmo prédio escolar, que limita o espaço físico; a falta de professor para suprir as possíveis faltas do professor regente.

Mesmo havendo compromisso e dedicação por parte dos profissionais da educação, tais conflitos afetam o dia-a-dia no ambiente escolar.

#### **j) As relações de trabalho na escola envolvendo a Comunidade Escolar e os processos de gestão:**

Os artigos 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e 22 do Plano Nacional da Educação (PNE) indicam que os sistemas de ensino definirão as normas da Gestão Democrática do ensino público na educação básica obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico da escola e a participação da comunidade escolar.

A democracia na escola por si só não tem significado. Ela só faz sentido se estiver vinculada a uma percepção de democratização da sociedade.

Na gestão democrática deve haver compreensão da administração escolar, como atividade que reúne esforços coletivos, para o implemento dos fins da educação, assim como a compreensão e aceitação do princípio de que a educação é um processo de emancipação humana; que o Projeto Político Pedagógico deve ser elaborado através da construção coletiva e que além da formação deve haver o fortalecimento do Conselho Escolar.

Pensar na autonomia da gestão democrática é uma tarefa que se apresenta de forma complexa, pois se pode crer na ideia de liberdade total ou independência, quando temos que considerar os diferentes agentes sociais e as muitas interfaces

que fazem parte da organização educacional. Por isso, deve ser muito bem trabalhada, a fim de equacionar a possibilidade de direcionamento camuflado das decisões, ou, a desarticulação total entre diferentes esferas, ou o domínio de um determinado grupo, ou ainda, a desconsideração das questões mais amplas que envolvem a escola.

Outro conceito importante é o da participação, pois também pode ter muitos significados, além de poder ser exercida em diferentes níveis. Podemos pensar a participação em todos os momentos do planejamento da escola, de execução e de avaliação, ou pensar que participação pudesse ser apenas convidar a comunidade para eventos ou para contribuir na manutenção e conservação do espaço físico. Portanto, as conhecidas perguntas sobre “quem participa?”, “no que participa”, “como participa?”, “qual a importância das decisões tomadas?” devem estar presentes nas agendas de discussões da gestão escolar e nos espaços de definição de uma política educacional pública.

A Gestão Democrática está vinculada aos meios legais e institucionais e à coordenação de atitudes.

A Gestão Democrática pretende:

- Abordar as diferentes concepções que disputam na arena educacional, as preposições e as vivências em termos de autonomia escolar, na construção da PPP;
- A participação da comunidade na gestão escolar, nos conselhos escolares;
- A gestão dos recursos financeiros no âmbito da escola, na escolha de recursos do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola) e prioridades na aquisição de materiais;
- A avaliação institucional da escola pública como o processo que confere informações para as decisões, suas possibilidades e limites;
- As relações entre gestão democrática da escola e gestão democrática dos sistemas.

A escola precisa da participação da comunidade como usuária consciente deste serviço, não apenas para servir como instrumento de controle em suas dependências físicas. Trata-se de romper com os muros da escola.

O gestor deve saber integrar objetivo, ação e resultado, assim agrega à sua gestão, colaboradores que procuram o bem comum de uma coletividade. O bom gestor deve ser um administrador, isto é, manter a escola dentro das normas do sistema educacional, seguir portarias e instruções e ser exigente no cumprimento de prazos. Também deve valorizar a qualidade do ensino, bem como todos os envolvidos nesse processo.

O gestor deve delegar e liderar. E mais: o diretor indica caminhos, é sensível às necessidades da comunidade, desenvolve talentos, facilita o trabalho da equipe e, é claro, resolve problema.

É preciso pensar no processo da participação coletiva da comunidade e dos elementos que compõem a escola. Entre as formas colegiadas de gestão, destaca-se o Conselho Escolar composto por representantes das comunidades institucional e local.

#### **k) Organização dos aspectos físicos e pedagógicos:**

A escola, que funciona em dualidade com a escola estadual, conta com cinco salas de aula, sendo quatro de uso comum e uma sala de uso exclusivo para a Educação Infantil. As salas utilizadas são amplas, arejadas e bem iluminadas, possuem ventiladores, que ajudam a tornar o clima mais ameno no verão. Nas salas de uso comum, as carteiras não são adequadas à faixa etária dos alunos, pois são as mesmas utilizadas pelos adolescentes do fundamental nas séries finais. No entanto, são em número suficiente para atender a demanda. Todas as salas possuem mesas e armários individuais para cada docente guardar seus materiais pedagógicos de uso diário.

O espaço físico externo do prédio escolar conta também com uma pequena área coberta que é utilizada para a formação dos alunos na entrada para a sala de aula e atividades extraclasse como apresentações, palestras e brincadeiras. Há um refeitório fechado com mesas, bancos e lavatórios para higienização das mãos dos alunos; uma quadra coberta onde são ministradas aulas de Educação Física e também realizadas apresentações dos alunos. Ainda nas dependências da escola, há uma cozinha ampla e bem equipada, banheiros masculino e feminino com um total de quatro sanitários cada um, dois sanitários infantis masculino e dois feminino, sanitários adaptados para portadores de deficiência, tanto masculino como feminino,

sala dos professores e uma sala menor onde funciona a biblioteca. A biblioteca possui um bom acervo à disposição, tanto dos professores, como dos alunos.

Para desenvolverem seu trabalho, os docentes contam com um computador, duas impressoras, aparelhos de som, um televisor, aparelhos de DVD, um retroprojeto, um notebook, um projetor data show e jogos pedagógicos.

### **I) Índices de aproveitamento escolar:**

O Indicador de Rendimento é um conceito muito importante na educação, pois é ele que nos diz se os alunos estão permanecendo na escola e avançando nos anos escolares, sendo que é um dos componentes utilizados no cálculo do IDEB, que visa medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino.

Desde a sua implantação em 2007, a escola participou apenas das duas primeiras edições, pois diante do número de alunos em decréscimo, esta não mais se enquadrou nos critérios de participação. Contudo, o resultado apresentado foi satisfatório, superando a meta prevista para a edição seguinte, como mostra a tabela a seguir:

#### **4ª série:**

<b>Escola</b>	<b>Ideb Observado</b>		<b>Metas Projetadas</b>
	<b>2007</b>	<b>2009</b>	<b>2009</b>
“Ver. Pedro Sérgio Corrêa”	5,0	5,4	5,2

Ainda com o propósito de avaliar a qualidade e o resultado obtido na educação, no ano de 2012 a Secretaria de Estado de Educação implantou o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná - SAEP, que inicialmente atendia somente os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Em 2019, a primeira etapa do Ensino Fundamental também passou a ser contemplada nessa modalidade e a escola pôde ter uma referência de avaliação, estabelecendo um comparativo entre os resultados obtidos no estado, bem como, os resultados do município.

Os resultados obtidos pela escola mostram que há um padrão de desempenho próximo ao obtido pelo município e pelo estado, conforme os dados da tabela abaixo:

### Língua Portuguesa:

Avaliação	Proficiência Média	Percentual de Participação	% por padrão de Desempenho			
			Abaixo do básico	Básico	Adequado	Avançado
Estado	227,2	91,7	5,8	23,4	37,8	33
Município	237,6	87,8	5,1	13,8	45,1	35,9
Escola	229,6	88,9	12,5	0	50	37,5

### Matemática:

Avaliação	Proficiência Média	Percentual de Participação	% por padrão de desempenho			
			Abaixo do básico	Básico	Adequado	Avançado
Estado	243,5	91,7	8,3	27	37,9	26,8
Município	250,6	87,8	6,7	24,1	40,5	28,7
Escola	224,4	88,9	12,5	37,5	50	0

Também no ano de 2019, foi implantada a Prova de Fluência que avaliou os alunos do segundo ano, com o objetivo de verificar a fluência em leitura nesta fase de alfabetização e possibilitar a elaboração de estratégias para melhorar o processo de aprendizagem.

Nesta avaliação, que aconteceu em meados do ano, verificou-se o resultado apresentado na tabela:

Perfil	Pré-leitor	Leitor iniciante	Leitor fluente	Não leu
Porcentagem	42%	33%	17%	8%
Número de alunos	5	4	2	1

### Avaliação Municipal:

O Sistema Municipal de Avaliação é um instrumento pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Sengés utilizado para diagnosticar os níveis de aprendizagem dos alunos e o reflexo da prática docente nas escolas municipais. Foi implantado pela Secretaria Municipal de Educação no ano de 2010, acontecendo no

final de cada semestre. A partir de 2014, a avaliação passou a ser aplicada anualmente, no final do segundo semestre. Após a aplicação das avaliações, os resultados são analisados pela equipe da Secretaria de Educação e utilizados como instrumento para nortear políticas educacionais e, posteriormente, entregue a cada unidade escolar, para que estes sejam divulgados, com intuito de direcionar novas práticas de intervenção para melhores resultados.

O demonstrativo a seguir, contempla os resultados obtidos pela instituição de ensino na Avaliação da Secretaria Municipal de Educação, nos últimos três anos.

<b>Ano</b>	<b>Média Educação Infantil</b>	<b>Média Ensino Fundamental</b>	<b>Média Geral da Escola</b>
2018	8,4	9,2	8,8
2019	8,3	9,2	8,7
2020	8,3	9,2	8,7

Com os dados gerados pelas avaliações, será possível proporcionar um diagnóstico mais preciso e efetivamente trabalhar para melhorar a qualidade da educação oferecida nas escolas.

Em relação aos resultados obtidos pela instituição de ensino nos últimos anos, obtém-se o seguinte:

<b>Ensino</b>	<b>Série/ Etapa</b>	<b>Matrículas</b>			<b>Concluintes</b>			<b>Reprovados</b>		
		2018	2019	2020	2018	2019	2020	2018	2019	2020
<b>Infantil</b>	Pré II	16	16	12	9	11	10	0	0	0
	PréIII	13	11	16	12	10	10	0	0	0
<b>Fundamental</b>	1º ano	15	12	10	11	11	9	0	0	0
	2º ano	16	14	15	13	12	13	1	1	0
	3º ano	14	18	13	14	14	11	0	1	0
	4º ano	16	14	17	9	12	14	0	1	1
	5º ano	12	12	11	9	7	8	0	2	0

A partir dos dados obtidos, seja nas avaliações externas como nas internas, a equipe gestora promove um momento em que, juntamente com os docentes,

possam analisar os índices e buscar formas de melhorar os níveis apresentados pela escola.

**m) Implementação da Educação em Direitos Humanos e respeito à diversidade:**

Os Direitos Humanos são todos aqueles que asseguram que a pessoa humana terá, desde o nascimento, até o fim de sua existência, as mínimas condições para se desenvolver e participar ativamente da vida em sociedade. Tais direitos não observam cor da pele, peso, idade, sexo, classe social, profissão, religião ou opção sexual.

Os direitos humanos são universais e estão profundamente ligados ao ser humano, no sentido de ser humanizado com o próximo.

Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas abriu espaço para que a sociedade pudesse discutir e entender os Direitos Humanos como um processo de mudança necessário na sociedade. No Brasil, a concretização se deu através da Constituição de 1988, quando o Estado Brasileiro reconheceu a dignidade da pessoa humana e seus direitos ampliados de cidadania.

A partir de então, essa temática passou a ocupar pequenos espaços nas discussões, de forma que, aos poucos, fossem internalizadas por todos que atuam tanto na educação formal como na não formal.

A escola é um espaço privilegiado para o desenvolvimento do processo educativo, que não está separada do conjunto da sociedade, mas mantém particularidades históricas, sociais, culturais que a diferenciam de outras instituições. A educação não se dá apenas na escola, mas é importante destacar que nela as aprendizagens são sistematizadas, tendo a definição dos objetivos que se pretende alcançar. É um ambiente essencialmente educativo, em que os sujeitos nele envolvidos, professor, aluno e comunidade educativa, são essenciais para a concretização dos objetivos.

A escola é o espaço onde todas as ideias se encontram: ambiente oportuno para construção de respeito e valorização do ser humano, capaz de conviver com as diferenças e desenvolver atitudes de humanidade e empatia.

O espaço escolar, gradativamente, vai sofrendo as transformações necessárias à sua constituição como espaço verdadeiramente educativo,

democrático e de exercício de cidadania, onde se oportuniza ao educando ser autor de sua história, sujeito de direitos e deveres para que assuma uma postura responsável, ética, autônoma e solidária, em que haja o desejo e a curiosidade de aprender e manifestar uma atitude sociável de respeito ao outro. Deve ser capaz de realizar escolhas que considerem a defesa da saúde, da qualidade de vida, da tolerância, do respeito a si mesmo e ao próximo, da não violência e a preservação ambiental. Para que essa educação aconteça, os alunos devem ser orientados de forma a serem capazes de atuar com ética, saibam conviver em sociedade e desenvolvam e a capacidade de compreenderem a si próprios e compreender o mundo em que vivem, para nele agir como promotores da justiça social e ambiental, bem como, valorizar o desenvolvimento inclusivo, sem preconceito e discriminação.

#### **n) Inclusão da pessoa com deficiência ou necessidades especiais:**

A inclusão de estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais tem suscitado muitas discussões no âmbito educacional, pois representa a revisão de paradigmas, sendo necessária uma mudança radical das práticas sociais, de valores e de convicções. É imprescindível entender que todos podem aprender, porém cada um com um ritmo e necessidades comuns ou específicas.

A Deliberação N.º 02/2016, aprovada em 15/09/2016 estabelece normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos funcionais específicos e altas habilidades ou superdotação.

É possível estabelecer uma trajetória de aprendizagem e desenvolvimento, sendo o educador o principal mediador desse processo, mas principalmente pela participação ativa em um ambiente que predomina a diversidade, as riquezas de ações, as idéias que poderão influenciar significativamente na apreensão das informações advindas do meio em que está inserido, pois a criança aprende muito de acordo com os estímulos que lhe são proporcionados. Compreende-se que o educando com necessidades especiais terá maiores e melhores oportunidades nesse contexto, pois assim terá oportunidade de se desenvolver através das intervenções que lhe serão propostas pelo professor e até mesmo por seus colegas.

Na perspectiva de escola inclusiva o professor mediador entre o sujeito e o objeto do conhecimento, desenvolve o trabalho com os conteúdos a partir dos conhecimentos prévios e habilidades já desenvolvidas pelo estudante para que, a

partir de então, possa compreender a realidade, atuar na sociedade em que vive e transformá-la, considerando sempre suas habilidades e potencialidades, pois somente dessa maneira o aluno terá uma autoestima positiva e se sentirá a vontade para interagir e responder satisfatoriamente ao que lhe for ensinado ou mediado.

Em relação à prática inclusiva, não basta apenas o conhecimento do professor sobre as potencialidades, habilidades e dificuldades apresentadas pelo educando, a inclusão está muito além disso: o professor deve rever seu planejamento e elaborar um currículo flexibilizado de acordo com seu aluno. Os profissionais que irão atuar junto a estes estudantes devem analisar e identificar suas competências e habilidades. A partir daí, verificar os conteúdos imprescindíveis e elencar os objetivos a serem atingidos, a periodicidade e os critérios de acompanhamento. São necessários planejamentos adequados para que todos os estudantes possam participar das mesmas atividades, porém, de formas diversificadas, sendo respeitado o ritmo próprio e sua forma peculiar de construir conhecimentos. É de suma importância colocar que estes mesmos critérios devem ser seguidos no processo de avaliação, respeitando a qualidade e o processo de ensino aprendizagem de cada estudante, pois de nada adianta flexibilizar conteúdos e avaliar todos da mesma maneira.

Nesta instituição, por estar localizada na zona rural, o atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais é realizado na própria escola, através de atendimento proporcionado pela Coordenação de Educação Especial, constituída por professoras especialistas em Psicopedagogia e por uma Psicóloga, que se deslocam até a escola para avaliar o aluno, oferecendo auxílio tanto a este como ao professor, através de orientações em relação ao trabalho pedagógico que deverá ser desenvolvido. Quando identificada a necessidade, o aluno é encaminhado para atendimento com a neuropediatra.

Quanto ao espaço físico, a escola está adaptada com cobertura e rampas de acesso, corrimão, guarda-corpos, piso tátil e banheiros para cadeirantes. No aspecto pedagógico, dispõe de alguns jogos adaptados para deficientes visuais. Os professores, durante as formações, recebem informações que colaboram no trabalho com os alunos com dificuldades na aprendizagem, mesmo que não especificamente para determinada deficiência.

Trabalhar com uma criança com necessidades educativas especiais não é estar preso a metodologias prontas, mas um desafio que deve partir do pressuposto

que todo educando pode aprender, porém, nos métodos e no jeito que lhe são apropriados, de forma a explorar possibilidades, descobrir predisposições e habilidades.

#### **o) Demandas socioeducacionais:**

O espaço escolar é um ambiente que recebe número expressivo de demandas sociais e que tem por objetivo contribuir para a formação do indivíduo para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho, e sua participação social.

De acordo com o Art. 13 da Deliberação n.º 03/18, o currículo escolar deve incluir temas contemporâneos, de maneira transversal e integradora, relevantes para o desenvolvimento da cidadania, sobretudo os que interferem na vida humana em escala local, regional e global, conforme determinado em legislação e normas específicas, observando a obrigatoriedade dos seguintes temas:

##### **I - Educação em Direitos Humanos:**

A Educação em Direitos Humanos está contemplada na LDBEN n. 9394/96, que orienta em seu Artigo 26, § 9º que: “Os conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares, tendo como diretriz a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA) e a Lei nº 13.010, de 2014, inclusive sendo observada a produção e distribuição de material didático adequado”. Assim, a Educação em Direitos Humanos são questões indissociáveis e complementares, justificadas pelas legislações que indicam o fortalecimento de direitos que protegem e promovem os sujeitos de direitos e de responsabilidades. Nesse sentido, as Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos (Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012), reforçam e reconhecem os princípios promotores da dignidade humana, postas anteriormente, na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN – nº 9394/96, no ECA e em outros textos legais que reconhecem o espaço escolar como local de promoção de direitos.

##### **II - Os direitos das crianças e dos adolescentes:**

Crianças e adolescentes são sujeitos que têm os seus direitos garantidos por lei, sendo tratados com prioridade absoluta, considerando a condição de pessoas em desenvolvimento.

O artigo 227 da Constituição Federal, de 1988, estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Posteriormente à Constituição, em 13 de julho de 1990, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), um documento que reúne as leis específicas que asseguram os direitos e deveres de crianças e adolescentes no Brasil. É um documento que nasceu da luta de diversos movimentos sociais que defendem os direitos de crianças e adolescentes, visto que antes do estatuto existia apenas o “Código de Menores” que tratava de punir as crianças e adolescentes consideradas infratores.

Conforme estabelecido no Artigo 3º: “A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade”.

Com o ECA, as crianças e os adolescentes são reconhecidos como sujeitos de direitos e estabelece que a família, o Estado e a sociedade são responsáveis pela sua proteção, visto que são pessoas que estão vivendo um período de intenso desenvolvimento físico, psicológico, moral e social. São pessoas, seres humanos, cidadãos, que devem ser dignos de todo e qualquer direito que lhes seja reservado.

### III – O processo de envelhecimento, o respeito e a valorização do idoso:

O envelhecimento populacional, atualmente, é um grande desafio para todo mundo. A população idosa aumenta significativamente e o contraponto desta realidade talvez seja a inclusão social dessas pessoas mediante o desenvolvimento de políticas públicas e programas adequados para essa parcela da população. Diante disto, a preocupação com esse novo perfil populacional é um dever de todos, a começar pela conscientização.

O envelhecimento é um processo normal, dinâmico, e não uma doença. Sendo um processo inevitável e irreversível, as condições crônicas e incapacitantes que frequentemente o acompanham podem ser prevenidas ou retardadas, não só

por intervenções médicas, mas também por intervenções sociais, econômicas e ambientais.

No Brasil, esta preocupação com o envelhecimento da população, pode ser demonstrada pela criação da Política Nacional do Idoso, através da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, marcando um avanço na discussão sobre o assunto, até então tratado com restrições nos serviços de saúde e na sociedade. Da mesma forma, a Política Nacional do Idoso, promulgada em 1994 e regulamentada pelo Decreto nº1948, de 03 de julho de 1996, assegura direitos sociais à pessoa idosa, ao criar condições para promover sua autonomia, sua integração e sua participação efetiva na sociedade e reafirmar seu direito à saúde nos diversos níveis de atendimento.

O Estatuto do Idoso, criado através da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, regulamenta os direitos assegurados a todos os cidadãos a partir dos 60 anos de idade, estabelecendo também deveres e medidas de punição. É a forma legal de maior potencial da perspectiva de proteção e regulamentação dos direitos da pessoa idosa. O artigo 3º, dispõe sobre as obrigações familiares e sociais com relação ao idoso. Afirma que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Estado assegurar à pessoa idosa a efetivação dos direitos à vida, à educação, à saúde, à alimentação, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

A obrigatoriedade para este tema é transferida também para educação formal, conforme determina o Artigo 22 do Estatuto do Idoso: “Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria”.

Será através da educação que teremos uma sociedade capaz de conviver com a população idosa de forma respeitosa, tendo uma vivência de qualidade pela valorização do conhecimento acumulado, permitindo-lhe o resgate de sua história, de suas vivências.

#### **IV – A educação para o trânsito:**

No Brasil, o tema “Trânsito” vem sendo alvo de discussões entre profissionais e estudiosos de diversas áreas devido aos milhares de acidentes registrados anualmente e que resultam em inúmeras pessoas mortas e tantas outras feridas. Diante disso, colocam como prioritário reeducar o ser humano para melhorar a qualidade no trânsito.

Segundo o Código de Trânsito Brasileiro em seu Art. 76 – Lei 9.503/97, Educação para o Trânsito é tema obrigatório nas escolas, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. A lei 9394/96, de Diretrizes e Bases da Educação, bem como os Parâmetros Curriculares Nacionais, também enfatizam a relevância do assunto em seus conteúdos. Segundo o CTB, a LDBEN e os PCNs, a Educação para o Trânsito deve ser trabalhada nas instituições de ensino de forma integrada às disciplinas curriculares. Este fato justifica-se por se tratar de um tema de urgência social, abrangência nacional e favorecedor da compreensão da realidade e da participação social.

Além disso, o trânsito, como tema contemporâneo transversal na escola, está apontado também na BNCC – Base Nacional Comum Curricular, com o seguinte texto:

[...] “cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora”.

O trânsito está inserido na vida das pessoas, faz parte da organização da sociedade e por isso precisa ser trabalhado nas escolas.

Sabe-se, no entanto, que a necessidade de um trânsito seguro transcorre por todo o território brasileiro, pois mesmo aquele que só vai à cidade de vez em quando, precisa transitar com segurança.

Educar para o trânsito de forma transversal, nas escolas, implica em articular os conteúdos das disciplinas curriculares com os conteúdos que tratam da segurança nas vias, de maneira abrangente e integrada.

#### **V – A educação ambiental:**

Atualmente, o mundo vive as consequências de uma sociedade em amplo desenvolvimento e consumo. Com isso, a degradação ambiental surge como uma preocupação constante e que necessita de ações urgentes para minimizar e solucionar essa problemática.

Nessa perspectiva, a escola aparece como um espaço onde o aluno dá sequência ao processo de formação de valores e socialização. É o local que representa um exemplo daquilo que a sociedade deseja e aprova. Comportamentos

ambientalmente corretos devem ser aprendidos na prática, no cotidiano da vida escolar, contribuindo para a formação de cidadãos responsáveis.

A educação ambiental na escola, envolvendo todos os profissionais e alunos, vem como um processo de reconhecimento de valores e esclarecimento de conceitos, que tem por objetivo o desenvolvimento das habilidades e a modificação de atitudes em relação ao meio e aos princípios sociais e ambientais da coletividade.

A educação ambiental representa uma importante ferramenta transformadora da sociedade, pois possibilita aproximar o aluno de seu ambiente natural, de modo que este perceba que está nele inserido e que deve cumprir um papel na proteção do mesmo.

A Política Nacional de Educação Ambiental é regida pela lei n.º 9795, de 27 de abril de 1999 e dispõe sobre sua relação com a educação, conforme o Artigo:

**Art. 2º:** “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”.

A Educação Ambiental na escola deve levar à consciência, conhecimento, mudança de atitudes, aptidões, capacidade de avaliação e de ação autocrítica no mundo, de forma que cada sujeito envolvido perceba que um pequeno gesto de cuidado resulta em ações futuras benéficas ao planeta.

Os conteúdos ambientais devem ser trabalhados juntamente às demais disciplinas do currículo e contextualizados com a realidade do aluno, de modo que haja a percepção de respeito pelos diferentes ecossistemas e culturas humanas da Terra.

Um programa de Educação Ambiental permite aos alunos e aos professores a compreensão fundamental dos problemas existentes, da presença humana no ambiente, de sua responsabilidade e seu papel crítico como cidadão, podendo desenvolver competências e valores que levarão a repensar e a avaliar suas atitudes diárias e as consequências no meio em que vivem.

#### **VI – A educação alimentar e nutricional:**

Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional.

Inserir-se em uma das diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, configurando-se como estratégia fundamental para o enfrentamento das problemáticas brasileiras referentes à má nutrição, bem como o excesso de peso e a obesidade, permitindo refletir sobre toda a cadeia produtiva: produção, abastecimento e acesso a alimentos adequados e saudáveis.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que supram as necessidades nutricionais durante o período letivo, de maneira a colaborar para uma boa saúde e qualidade de vida do indivíduo.

A escola, cumprindo o que pede a legislação, deve promover ações que contribuam para a autonomia dos estudantes no que se refere às escolhas alimentares conscientes e saudáveis, inserindo conceitos de alimentação e nutrição nos diferentes níveis de ensino, aliados ao conteúdo programático.

Obedecendo ao que está previsto no Plano Nacional de Alimentação Escolar, o cardápio da escola é elaborado pela nutricionista, cumprindo normas de higiene de acordo com a legislação.

A maioria dos produtos consumidos na merenda escolar é adquirida diretamente dos produtores rurais e do comércio local.

#### **VII – A educação digital:**

As novas tecnologias são ferramentas culturais da atualidade e que adentram cada vez mais à sala de aula. Alunos e professores não são indiferentes ao seu uso nas atividades da escola. A ampliação do uso dessas ferramentas pelos professores, como auxílio na mediação do conhecimento, pode contribuir para o processo de ensino e da aprendizagem, principalmente em se tratando do computador, da internet, do celular, *notebook*, entre outras, considerando as vantagens que oferecem.

Partimos do pressuposto que o uso das novas tecnologias como ferramentas pedagógicas deve acontecer numa perspectiva em que a mediação pedagógica, ocorra por meio da interação do professor com seus alunos, sendo este, uma ponte entre o aluno e a aprendizagem dos conceitos científicos. O professor mediador é aquele que colabora para que o aluno avance em seus processos de aprendizagem,

que busca novos instrumentos, construindo oportunidades significativas de aprendizagem.

O acesso ao conhecimento sistematizado não ocorre de forma espontânea por parte do aluno. Cabe ao professor colocar-se na condição de possibilitar esta apreensão por parte dos alunos, realizando a mediação entre aluno e o conhecimento.

As novas tecnologias podem ser utilizadas tanto pelo professor como pelo aluno. O computador e a internet, como por exemplo, possibilitam o acesso às informações atualizadas, aos textos científicos, às pesquisas, à produção de textos, à divulgação de projetos das atividades da escola, entre outras. O professor, na sua prática, precisa, estudar, pesquisar e buscar novas maneiras de utilizar essas ferramentas.

Diante do universo em que estão inseridos os alunos, as tecnologias são cada vez mais exigidas no ambiente escolar como meio auxiliares no trabalho pedagógico.

**VIII – A diversidade cultural, étnica, lingüística e epistêmica, na perspectiva do desenvolvimento de práticas educativas ancoradas no interculturalismo:**

A escola é o lugar de construção, não só do conhecimento, mas também da identidade, de valores, de afetos. Enfim, é onde o ser humano, sem deixar de ser o que é, se molda de acordo com a sociedade.

O Brasil, formado a partir de heranças culturais européias, indígenas e africanas, não contempla de maneira equilibrada essas três contribuições no sistema educacional. A pedagogia e os livros didáticos apresentam uma visão eurocêntrica, perpetuando estereótipos e preconceitos.

Esse quadro passou a mudar a partir de 2003, com a aprovação da Lei 10.636/03, que tornava obrigatório o ensino de História e Cultura Indígena. Essas leis alteraram a LDBN e tem o objetivo de promover uma educação que reconhece e valoriza a diversidade, comprometida com as origens do povo brasileiro. Torna-se, então, imprescindível o debate sobre as dimensões das relações raciais na escola e um redimensionamento das políticas públicas de reconhecimento, valorização e respeito ao povo negro e indígena. Daí a importância de se tratar desse tema desde o início de escolarização, na educação infantil.

Trabalhar as questões étnicas raciais e culturais com as crianças pequenas pode trazer resultados positivos, uma vez que passam a considerar as diferenças,

não apenas as ligadas ao tom de pele, como algo presente e que não deve levar à exclusão.

Educadores e alunos devem valorizar seus conhecimentos anteriores a respeito de uma etnia e valores humanos, buscando embasamento em outras áreas como a sociologia e a antropologia. Para isso, o uso de recursos como filmes, livros e artes plásticas que tragam referência a personalidades negras e a não restrição ao estudo do tema apenas sob o aspecto da Abolição, Folclore e Dia da Consciência Negra, por exemplo, aumentariam a pluralidade das culturas em sala de aula.

O currículo escolar deve levar em conta a identidade dos negros, respeitando o seu modo de ser e de pensar o mundo e considerar a imensa influência que a cultura africana sempre exerceu sobre o modo de ser do brasileiro, com mais da metade da população negra e mestiça.

Professores e alunos passam a construir, a partir dos estudos sobre a África e o Brasil e a constituição de seus povos e sua cultura, uma nova concepção de educação, pautada no respeito e promoção da igualdade étnica, cultural e racial.

Para isso, professor e escola precisam ter objetivos específicos:

- Criar mecanismos que permitam ao professor ter contato com artigos referentes à promoção da igualdade racial.
- Planejar a inclusão da história da África, da cultura Afro-brasileira e da história da Cultura Indígena em todo o planejamento, como Educação das Relações Étnico-raciais e o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira, africana e indígena.
- Promover a questão da identidade, combatendo as formas de discriminação e preconceito, como parte integrante da proposta curricular da escola.
- Valorizar a história e a cultura dos afro-descendentes, elevando a autoestima dos alunos socialmente discriminados e criando outras possibilidades de referências culturais.

**IX – O respeito ao caráter pluriétnico e plurilíngüe da sociedade brasileira:**

Segundo o Ministério da Educação, as redes de ensino têm autonomia para elaborar ou adequar os seus currículos, de acordo com o estabelecido na Base Nacional Comum Curricular, assim como as escolas têm a prerrogativa de contextualizá-los e adaptá-los a seus projetos pedagógicos.

Os currículos, conjunto de experiências que são construídas e ofertadas no cotidiano das escolas, devem ser elaborados de forma a promover uma educação integral do aluno e incluir, de forma transversal e integradora, temas exigidos por legislação e normas específicas, e temas contemporâneos relevantes para o desenvolvimento da cidadania, que afetam a vida humana em escala local, regional e global.

O Art. 26 da LDB, na redação dada pela Lei nº 12.796/2013, estipula que “os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos”.

As propostas pedagógicas das instituições ou redes de ensino, para desenvolvimento dos currículos de seus cursos, devem ser elaboradas e executadas com efetiva participação de seus docentes, os quais devem definir seus planos de trabalho coerentemente com as respectivas propostas pedagógicas, de forma que seja sempre valorizada a cultura a que pertencem os educandos.

#### **p) Registros da prática pedagógica:**

Os registros das práticas pedagógicas são realizados diariamente pelos professores em seus diários de classe e por meio do Livro Registro de Classe, que a partir do ano 2020, foi incluído no Sistema de Registro Online. As práticas registradas têm como base o Plano de Trabalho Docente que está alinhado ao que prevê o Referencial Curricular do Paraná.

Trimestralmente, são realizados os Conselhos de Classe que também são registrados em ata, sendo os mesmo coordenados pela diretora da escola.

Além dos registros feitos pelos professores, a escola organiza livros de registros para reuniões com pais, professores, alunos e demais funcionários, todos devidamente etiquetados, possibilitando fácil identificação.

## **4 - ELEMENTOS CONCEITUAIS:**

### **4.1 - Sociedade, Cidadania, Homem:**

#### **Concepção de Sociedade:**

Dignidade e direito são alguns dos princípios básicos garantidos pela Constituição Federal. No entanto, a desigualdade social, cultural e econômica torna-

se mais evidente no atual cenário. A cada dia aumenta o número de pessoas destituídas do mínimo necessário para sua sobrevivência: são os sem teto, sem terras, sem emprego, sem educação, sem cidadania. A cidadania deve proporcionar a todos a oportunidade de trabalho, de freqüência à escola, de ser respeitado, de suprir suas necessidades básicas.

Paulo Freire propõe a criação de uma sociedade ideal: “Uma sociedade mais aberta, que sirva aos interesses das classes populares sempre desprotegidas e minimizadas e não apenas aos interesses dos ricos e afortunados...”( Freire,1991).

A escola deve proporcionar a produção de conhecimentos e criar relações positivas e democráticas entre os sujeitos envolvidos no processo educativo para que cumpra efetivamente com o seu papel de uma Escola Cidadã, que priorize o acesso, permanência e sucesso dos alunos.

Somente poderemos evidenciar a emancipação da sociedade na medida em que consigamos a emancipação do educando. Para que isso ocorra, deve ser trabalhada a identidade social como um processo permanente de comunicação e reflexão do cidadão.

#### **Concepção de Cidadania:**

O termo cidadania pode ser visto de diversas formas. Inicialmente, poderíamos entender que ser cidadão é ter garantido o direito à participação social de modo consciente, o que por sua vez, só é possível quando o ser humano tem garantido o direito ao trabalho, tendo acesso a tudo o que o resultado de seu esforço possa lhe proporcionar. O direito ao trabalho deve ser entendido como possibilidade do indivíduo compreender as relações sociais que organizam essa atividade na sociedade brasileira, de forma que essa compreensão o ajude a contribuir na elaboração e participação das riquezas sociais.

É necessária a tomada de consciência do papel da educação e as mudanças que uma instituição de ensino pode proporcionar através do trabalho com a educação formal para construir a cidadania.

#### **Concepção de Homem:**

O homem não pode ser estudado e compreendido isoladamente. Por ser um ser histórico, se faz necessário compreendê-lo em cada momento da história, nas relações que estabelece com seu meio, na forma como produz e interfere na sociedade, na sua participação política e social.

De forma intencional e planejada, o homem age na natureza por meio de seu trabalho, transformando-a para atender suas necessidades, num processo dinâmico, a cada momento de sua história. Por meio dessa ação, acumula experiências e produz conhecimento.

Por ser um ser social, na relação com seus semelhantes, aprende, ensina, constrói e adquire autonomia e valores essenciais para o convívio social, moldando-se como sujeito que deve priorizar o respeito mútuo, a solidariedade e a afetividade.

A escola deve proporcionar a reflexão sobre o mundo e o papel do homem como ser atuante dentro deste contexto, tendo a percepção de que ambos estão entrelaçados.

#### **4.2 - Criança, Infância, Desenvolvimento Humano, Adolescência:**

##### **Concepção de Criança:**

A concepção de criança é uma noção historicamente construída e, conseqüentemente, vem mudando ao longo dos tempos, não se apresentando de forma homogênea, numa mesma sociedade ou época. Assim, é possível que em uma mesma localidade existam diferentes maneiras de se considerar as crianças, dependendo da classe social ou grupo étnico a que pertençam.

Muitas crianças da sociedade brasileira enfrentam, desde muito cedo, situações precárias nas condições de vida, sendo expostas ao trabalho e exploração por parte de adultos. Outras são protegidas de todas as formas possíveis, recebendo de suas famílias todo o cuidado necessário para o seu desenvolvimento. Essa diferença de postura revela a contradição e conflito de uma sociedade que ainda não resolveu as enormes desigualdades sociais existentes.

A criança, como todo ser humano, é um sujeito social, que faz parte de uma família, que está incluída em uma sociedade. É um sujeito histórico, que possui direitos e que, nas interações cotidianas, constrói sua identidade pessoal, brinca, observa, imagina, experimenta, questiona, produzindo cultura. Enfim, ela aprende.

É fundamental conhecer e compreender o jeito particular das crianças serem e se desenvolverem no mundo, considerando que são únicas em suas individualidades e diferenças.

##### **Concepção de Infância:**

A infância deve ser compreendida como um modo particular de se pensar a criança, e não um estado universal, vivida por todos do mesmo modo. É necessário

desvincularmos a concepção de infância de uma idéia pré-concebida, em que a criança deva se portar como um mini-adulto.

As concepções sobre infância são construções sociais, históricas e culturais que se consolidam nos diferentes contextos sociais e que consideram variáveis como etnia, classe social e condições socioeconômicas das quais as crianças fazem parte.

No passado, a infância era considerada um período de transição sem importância e com o passar do tempo, a família começa a dar ênfase ao sentimento que tem em relação à criança, tornando-se evidente a preocupação diferenciada com essa fase da vida. Nesse sentido, a educação da criança, passa a ser estimulada na orientação educacional, valorizando-se o processo de escolarização infantil.

Visando à construção de uma pedagogia para a infância, que, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), se estende até os doze anos, passando tanto pela Educação Infantil como pelo Ensino Fundamental, defende-se uma concepção de criança contextualizada em sua concretude de existência social, cultural e histórica, participante da sociedade e da cultura de seu tempo e espaço, modificando e sendo modificada por elas.

### **Concepção de Desenvolvimento Humano:**

De acordo com a concepção histórico-cultural de Vygotsky, o homem é visto como um ser que se constitui na interação entre o biológico e o social. Compreende a natureza do comportamento humano como parte do desenvolvimento histórico. Ele é formado na interação de suas características biológicas com o meio social.

Na abordagem histórico-cultural, o mais importante é a ideia segundo a qual a forma e o modo de desenvolvimento desses processos, próprios do funcionamento psicológico humano, dependem da natureza das experiências sociais a que a criança está exposta. Ou seja, a “interação dialética” dos fatores biológicos e sociais que determina limites e possibilidades mentais ao indivíduo, na condição de espécie, ao nascer, continua ao longo da vida de cada um, conforme o lugar ocupado no quadro social, conferindo qualidades diferenciadas de desenvolvimento psíquico.

Vygotsky, segundo Sforzi (2004, p. 33), afirma que o desenvolvimento cognitivo ocorre na interação entre o organismo com o meio físico e social; relação que não é direta, mas mediada. As raízes do desenvolvimento dos processos elementares, de origem biológica, e das funções psicológicas superiores, de origem

sociocultural, surgem durante a infância, por meio do uso de instrumentos e da fala. Destaca dois elementos básicos responsáveis pela mediação: o instrumento e o signo. O instrumento serve como condutor da ação humana sobre o objeto e permite diretamente ampliar a ação do homem sobre a natureza e, indiretamente, sobre si mesmo. Enquanto o signo atua no sentido inverso.

Diferentemente dos outros seres, o homem, além de poder construir intencionalmente os instrumentos, transmite socialmente suas funções. Cada membro da espécie recebe do seu meio social um legado de desenvolvimento histórico e cultural que está plasmado nos instrumentos disponíveis no meio social. Estes instrumentos permitem novas ações sobre novos objetos e a criação de novos instrumentos, o que só é perceptível nos seres humanos.

Segundo Vygotsky, a apropriação do conhecimento e, com ele, o desenvolvimento cognitivo vai da dimensão social à individual. Isso quer dizer que o ambiente sociocultural em que o indivíduo está inserido oferece atividades coletivas que se fazem presentes no campo material e simbólico e atividades individuais próprias do pensamento de cada um.

A escolarização, na psicologia histórico-cultural, tem papel essencial no desenvolvimento do sistema nervoso e da qualidade das trocas que se dão entre os indivíduos.

Aquisição de conhecimento, desenvolvimento e aprendizagem são processos que se articulam intimamente na constituição do ser humano. A história da sociedade e o desenvolvimento do homem caminham juntos e, mais do que isso, estão de tal forma ligados, que um não seria o que é sem o outro. O homem é um ser ativo que age sobre o mundo.

Dessa forma, há necessidade de expressarmos uma concepção de ser humano como um ser social, ou seja, que precisa de outros para que possa sobreviver e nesse sentido a sociedade exerce papel preponderante, pois é através dela que a pessoa adquire conceitos, valores.

### **Concepção de Adolescência:**

A adolescência é o início da juventude, um momento cujo núcleo central é constituído de mudanças do corpo, dos afetos, das referências sociais e de relacionamentos. Um momento no qual se vive de forma mais intensa um conjunto de transformações que vão estar presentes, de algum modo, ao longo da vida.

Dayrell (2018), ao discutir a juventude, propõe-nos buscar compreender os jovens como sujeitos sociais que, como tais, constroem um determinado modo de ser jovem. Assim, de acordo com o autor, a juventude pode ser compreendida como parte de um processo mais amplo de constituição de sujeitos, mas que tem especificidades que marcam a vida de cada um. A juventude constitui um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem. Ela assume uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. O jovem além de estar em relação com outros seres humanos, também é sujeito ativo desta relação, com uma determinada origem familiar, que ocupa um determinado lugar social e se encontra inserido em relações sociais.

O adolescente tem uma história, interpreta o mundo e dá-lhe sentido, assim como dá sentido à posição que ocupa nele, às suas relações com os outros, à sua própria história e à sua singularidade. Esses sujeitos são ativos, agem sobre o mundo, e nessa ação se produz e, ao mesmo tempo, é produzido no conjunto das relações sociais no qual se insere (Charlot apud Dayrell, 2018).

#### **4.3 - Trabalho, Ciência, Tecnologia e Cultura:**

##### **Concepção de Trabalho:**

O trabalho é a atividade ou ação humana que necessita do uso de capacidades físicas e mentais, destinada a satisfazer diversas necessidades.

Existe desde a Pré-História, quando o homem inventou instrumentos úteis à sua sobrevivência para desenvolver atividades de caça, pesca, coleta e agricultura.

Trabalhar é uma atividade que tem um propósito e pode ter como fim a criação de bens materiais que supram as necessidades de sobrevivência (moradia, alimentação e proteção) ou necessidades culturais e psicológicas (arte, lazer, educação).

É pelo trabalho que o homem modifica seu próprio meio e pode modificar a si próprio. Trabalhar pode trazer realização pessoal e social ou ainda gerar dignidade ou status perante a sociedade.

Nos tempos de hoje, o trabalho está cada vez mais atrelado à busca de um sentido e de uma expressão pessoal. Todo mundo sonha em fugir do estresse e da frustração profissional e ter um trabalho perfeito: bem remunerado, respeitado,

estimulante mentalmente e emocionalmente. É muito comum a ideia de que para se alcançar a realização individual ou a felicidade, é preciso trabalhar com o que gosta.

Mas nem sempre foi assim: Em sua raiz, o termo “trabalho” é associado à dor e sofrimento. A origem vem do latim “tripalium”, nome dado a um instrumento formado por três estacas de madeira, usado na antiguidade pelos romanos para torturar escravos e homens livres que não podiam pagar impostos. Com o tempo, o sentido da palavra passou a ser “realizar uma atividade dura”.

Durante boa parte da história ocidental, o trabalho foi considerado uma atividade depreciável, pois por muito tempo foi associado à atividade de escravo ou de pessoas consideradas inferiores na sociedade. Enquanto que para manter sua dignidade, o homem livre vivia todo o seu tempo de forma ociosa.

No Renascimento, surge a concepção de que o trabalho é inerente ao homem e a ideia de maestria, a perfeição do artesão, passou a valorizar aquele que dominava o ofício. Paralelamente, o calvinismo valorizou o trabalho ao criar uma ética favorável ao lucro, ao trabalho árduo e ao enriquecimento pessoal.

A Revolução Industrial criou novas condições de vida e transformações, como a mudança nas relações entre os trabalhadores e os proprietários dos meios de produção. Com o fim da escravidão oficial, surge a contratação por tarefas em países colonizados. Mas apesar de remunerados, os trabalhadores recebiam baixos salários e atuavam em jornadas exaustivas de trabalho, sendo comuns as mortes por exaustão e acidentes.

Surge então o início do movimento operário, que reivindicava direitos trabalhistas inéditos e melhores condições de trabalho.

Um dos principais teóricos do trabalho foi o filósofo Karl Marx, que analisou os desdobramentos do sistema capitalista. Ele acreditava que o trabalho é uma condição essencial para que o homem seja cada vez mais livre e dono de si. Marx usou o termo “alienação” para se referir ao processo de estranhamento do trabalhador em relação ao sentido da atividade produtiva, quando o trabalho deixa de ser a satisfação de uma necessidade para se tornar apenas um meio para satisfazer as necessidades externas a ele. Com a alienação do trabalho, o trabalhador aliena-se também do gênero humano, daquilo que o faz ser gente. A tomada de consciência de classe e a revolução são o caminho para a transformação social.

Na sociedade moderna, o ócio passou a ser algo condenável e o trabalho passou a ser valorizado. Dessa forma, para sentir-se valorizado e respeitado, o cidadão precisa do trabalho. É ele quem o dignifica.

### **Concepção de Ciência:**

O conhecimento fornecido pela ciência possui uma posição privilegiada com relação aos demais tipos de conhecimento, por um grau de certeza alto em relação ao assunto abordado. Teorias, métodos, técnicas, produtos, contam com aprovação geral quando considerados científicos. A autoridade da ciência é evocada amplamente, pois diante do sucesso da pesquisa, existe um método, uma receita especial que torna esse conhecimento referência em relação a outros.

Essa atitude de veneração frente à ciência deve-se, em grande parte, ao extraordinário sucesso prático alcançado pela física, pela química e pela biologia, principalmente, que resulta em conhecimento certo, seguro.

O conhecimento científico é o conhecimento produzido a partir de atividades científicas, envolvendo experimentação e coleta de dados, sendo seu objetivo demonstrar, por argumentação, uma solução para um problema proposto, em relação a uma determinada questão. É derivado da aplicação de métodos mais formais que visam aumentar o rigor em relação a diferentes posições sobre validade e confiabilidade.

Este conhecimento pode ser dividido em tácito e explícito. O conhecimento científico explícito é aquele formalizado em artigos, revistas, manuais, bases de dados, portais do conhecimento, ou seja, pode ser comunicado por sistemas estruturados ou meios formais, compreendendo a literatura científica. Já o tácito possui uma difícil transmissão por textos ou sistemas. Sua transmissão acontece nas relações entre cientistas e está atrelado à experiência e à competência do pesquisador.

É através da interação destes dois tipos de conhecimento que se torna viável a criação de um novo conhecimento científico. Para isso, tanto as pesquisas formais, a escrita e a literatura científica, quanto a participação em eventos, redes de colaboração e a interação entres pesquisadores são imprescindíveis, sendo a comunicação do conhecimento científico um processo fundamental para a continuidade e o avanço da ciência.

A escola é o ambiente que pode fazer suscitar o surgimento de pequenos cientistas, através da transmissão de conhecimentos já consolidados e do estímulo à pesquisa.

### **Concepção de Tecnologia:**

O homem sempre procurou dominar a natureza utilizando mecanismos e métodos para garantir sua sobrevivência. Impulsionado pelo capitalismo, desenvolveu a habilidade de criar e recriar novos instrumentos para os mais diversos setores da sociedade.

A revolução industrial no final do século XVIII possibilitou o desenvolvimento da mecânica, da indústria têxtil, do automóvel e intensificou o uso da eletricidade. Neste momento histórico surgiu a expressão “tecnologia”, que passou a ser difundida em diversas áreas de conhecimento nos períodos seguintes. Em todas as épocas históricas, o homem procurou superar as limitações naturais e se adequar ao contexto onde ele se encontrava. Para tanto, fez uso dos diversos recursos disponibilizados e dos conhecimentos acumulados para produzir sistemas ou recursos que melhorassem sua vida. Na década de 1960, com a inserção das propostas organizacionais japonesas nos meios de produção, a expressão “tecnologia” se difundiu e se tornou símbolo do desenvolvimento e do progresso de um país.

Atualmente, ao nos referirmos à tecnologia, nos reportamos imediatamente a computadores, celulares, tablets, televisores, internet, entre outros. No entanto, a tecnologia pode ser compreendida como o ato de produzir ou recriar um objeto para atuar junto à natureza em função de melhorias individuais ou coletivas. Nesse sentido, podemos afirmar que ela se fez presente em todas as etapas de desenvolvimento da humanidade e que seu conceito não pode estar relacionado apenas às novas invenções da atualidade. À medida que o conhecimento foi acumulado, novas tecnologias surgiram.

Dessa forma, é importante compreender o conceito de tecnologia de maneira mais ampla, ou seja, não podemos esquecer que as tecnologias atuais são frutos do esforço humano e que devem, portanto, contribuir com o desenvolvimento social ao invés de fortalecer a ideia de que a tecnologia atual deve prevalecer sobre outras ao longo da história.

Ao falarmos em tecnologia como um avanço que ocorre em todos os segmentos da sociedade, logo se acredita que ela tem modificado o trabalho

pedagógico no interior das escolas públicas. No entanto, o que se observa é a falta de tecnologia, evidenciando cada vez mais as desigualdades sociais, pois para uma grande maioria, ainda é negado o acesso ao avanço do conhecimento, tanto no sentido de usufruir, quanto na oportunidade de participar da elaboração desses conhecimentos, devido à própria condição social.

É por meio do processo educativo, que se desenvolve a capacidade criadora do homem. Portanto, a escola deve buscar metodologias que facilitem a aprendizagem, oportunizando condições para que o aluno tenha acesso e participe do avanço tecnológico.

### **Concepção de Cultura:**

O processo educacional de formação de uma pessoa começa desde muito cedo. Segundo Vygotsky :

O contato social relativamente complexo e rico da criança leva a um desenvolvimento sumamente precoce dos “meios de comunicação”. Reações bastante definidas à voz humana foram observadas já no início da terceira semana de vida, e a primeira reação especificamente social à voz, durante o segundo mês (2000, p. 130).

Nesse viés, é extremamente importante a observação que faz no sentido de que os seres humanos, desde o início da vida, reagem ao meio que os circunda. Pode-se deduzir que o ser humano age sobre o meio, mas que, ao mesmo tempo, o meio age sobre o humano.

Na busca da sobrevivência, o homem interage com o meio, modificando-o e dele extraíndo o que necessita. Desta forma, cria seu mundo com características humanas e define a cultura do seu povo.

Cultura é tudo o que os homens produzem, constroem ao longo da história, desde as questões mais simples às mais complexas, manifestadas por meio da arte, religião, costumes, valores.

É papel da educação escolar respeitar essa diversidade e buscar desenvolver nos alunos o sentimento de respeito pelas diferentes culturas dos povos, tendo clareza da necessidade de combater a homogeneização, muitas vezes, imposta por outras culturas, tidas como dominantes.

Através do respeito e valorização daquilo que o aluno já sabe, por meio do diálogo, o educador deverá considerar a sua experiência de mundo, aproveitando a

diversidade cultural, de forma a promover um espaço aberto e democrático, com condições para que o aluno sistematize o saber popular, acumulado historicamente.

#### **4.4 - Educação, Escola, Ensino e Aprendizagem, Conhecimento:**

##### **Educação:**

A compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana.

Vitor Paro define a educação:

“Entendida a educação como apropriação da cultura humana produzida historicamente e a escola como instituição que provê a educação sistematizada, sobressai a importância das medidas visando à realização eficiente dos objetivos da instituição escolar, em especial da escola pública básica, voltada ao atendimento das camadas trabalhadoras... é pela educação que o ser humano atualiza-se enquanto sujeito histórico, em termos do saber produzido pelo homem em sua progressiva diferenciação do restante da natureza”( Paro, 2003, p. 7).

A educação fundamental, segundo a Constituição Federal é um direito de todos e dever do Estado. Diante disso, o poder público é investido de autoridade para impô-la como obrigatória a todos e a cada um e garantir sua gratuidade.

Educar e libertar o homem da condição de passivo, para sujeito que busca no conhecimento a compreensão da realidade em que está inserido, passando a reconhecer o papel da História e onde a questão da identidade cultural, tanto em sua dimensão individual como em relação à classe dos educandos, e essencial a compreensão do real, entendendo que a aquisição da cultura da humanidade é um direito que deve ser assegurado ao educando.

A concepção de educação de Paulo Freire vê o homem como um ser autônomo, com capacidade de contribuir para a transformação do mundo. Portanto entendemos educação como a prática social responsável pelo processo de humanização. Paulo Freire fala em educação se referindo a profundas mudanças: “Quando falo em educação como intervenção, me refiro tanto a que aspira a mudanças radicais na sociedade, no campo da economia, das relações humanas, da propriedade, do direito ao trabalho, a terra, a educação, a saúde...” (2000, p.122).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no artigo 22, define: “A

educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

### **Escola:**

As modificações surgidas na sociedade moderna impõem à escola mudanças nas abordagens política, econômica, social e cultural, propiciando um novo compromisso ético com a comunidade e com o conhecimento. Assim, a escola passa a redefinir sua proposta de trabalho, sua estrutura, assegurando o acesso aos estudos e a permanência dos alunos na escola, proporcionando-lhes aprendizagens contínuas tanto em conceitos como em atitudes e ações.

A escola deve ser espaço social responsável pela apropriação do saber universal, bem como a socialização desse saber elaborado às camadas populares.

A luta pela democratização, pela escola de qualidade, por uma educação pública gratuita e universal, continua sendo a palavra de ordem, numa perspectiva progressista de educação, fundamentados numa concepção histórico-crítica.

Precisamos ter clareza que Gestão Democrática é uma questão de postura, que se aprende no cotidiano da escola, no coletivo. Isso não quer dizer que todos têm que estar no mesmo lugar, pensando a mesma coisa. Mas coletivo é um grupo de pessoas que comunga da mesma ideia e que procura buscar espaço para discussões.

Uma escola democrática deve ter na sua organização órgãos constitutivos e atuantes como o Conselho Escolar e a APMF.

A escola deve ser o espaço de formação da consciência política do aluno para atuar e transformar a realidade, problematizando as relações sociais do homem com a natureza e com os outros homens, visando à transformação social.

Dessa forma, é papel da escola promover a interação entre os saberes populares e científicos, permeados pela vivência e experiência escolar, dotando-os de sentido e possibilitando a aquisição do conhecimento por meio de aprendizagens significativas.

“Mais que escrever e ler que a “asa é da ave”, os alfabetizados necessitam perceber a necessidade de um outro aprendizado: o de “escrever” a sua vida, o de “ler” a sua realidade, o que não será possível se não tomam a história nas mãos para, fazendo-a, por ela serem feitos e refeitos” (Freire, 1982, p. 16).

Não se concebe mais uma escola, alheia às questões sociais, à modernidade e à tecnologia. Mas sim uma escola que deve repensar sua função social e histórica, fortalecendo os princípios da igualdade, da liberdade, do reconhecimento do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, buscando garantir a qualidade do processo ensino-aprendizagem, confrontando os saberes trazidos pelo aluno com o saber elaborado, na perspectiva da apropriação de uma concepção científico/filosófica da realidade social, mediada pelo professor.

A escola tem que desenvolver uma postura transdisciplinar na organização do trabalho escolar, que seja capaz de dialogar dialeticamente sobre as questões em torno do contexto social da sua comunidade, buscando a superação da fragmentação do trabalho pedagógico, que valorize a prática social do aluno, trabalhando com as diferenças e construindo, assim, um espaço democrático.

### **Ensino e Aprendizagem:**

Busca-se o desenvolvimento de uma concepção de ensino onde educador e educandos sejam sujeitos do seu processo de desenvolvimento, pois necessitam da mediação das experiências e saberes de ambos, para que se concretize a aprendizagem.

Nessa concepção, a função do educador deve ser a de oportunizar atividades que encaminhem o educando ao seu desenvolvimento potencial. Dessa forma, é papel do educador ser mediador das atividades. Para tal, os conteúdos trabalhados nascem da necessidade que o educando encontra ao tentar realizar sua tarefa.

Há a necessidade de criar situações em que o indivíduo seja instigado a refletir e buscar o conhecimento por meio de circunstâncias em que ele precise fazer escolhas diante de problemas que surgem espontaneamente e não criados num clima artificial.

A escola deve prezar por um espaço em que o professor não assuma a posição de concentrador do saber, mas sim o professor que direciona o trabalho pedagógico. Aquele que proporciona um espaço democrático e aberto. Esse espaço deve distanciar-se daquele muitas vezes colocado em sala de aula, em que os professores portam-se como ditadores de um conhecimento que somente eles podem disseminar.

“É preciso que, pelo contrário, desde os começos do processo, vá ficando cada vez mais claro que, embora diferentes entre si, quem forma se forma e

re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É nesse sentido que ensinar não é transferir conhecimento, conteúdos, nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado”. (Freire, 2000, p. 25)

O eixo organizador da prática pedagógica está na aprendizagem, entendendo que alguns alunos precisam de mais tempo e de metodologias diferenciadas para garantir que ocorra a efetiva aprendizagem, pois “ensinar exige comprometimento”, como dizia Paulo Freire.

### **Conhecimento:**

O conhecimento é um processo que se dá a partir das experiências do homem com seu meio: a maneira como vive, suas condições sociais em cada momento histórico. Esse processo é dinâmico, pois, para resolver as suas necessidades, o homem vai buscando novos conhecimentos, modificando sua visão sobre a realidade e nela interferindo.

O processo de aquisição do conhecimento é essencialmente humano e não se dá individualmente, mas nas relações sociais, gerando mudança na forma de pensar do indivíduo, que contribuirá para a mudança da sociedade.

O conhecimento escolar não pode banalizar o conhecimento científico, nem tão pouco estar sujeito somente aos interesses dos alunos, ele é sim resultado do trabalho dos homens buscando resolver suas necessidades, produzindo os conceitos que dão conta de explicar os momentos históricos, que contribuem para a evolução do momento atual, esse sim é o objeto de trabalho do professor, que deve ter como base o conhecimento científico.

Segundo Paulo Freire (1982): “*Conhecimento, porém, não se transfere, se cria, através da ação sobre a realidade*” (p. 141). Portanto, há a necessidade de se saber o que realmente é objeto de estudo de cada área do conhecimento.

O conhecimento, portanto, é o eixo que estrutura a educação, a escola e a sociedade. Desta forma, a escola, enquanto uma das instituições responsáveis pela educação, tem a função histórica de organizar, sistematizar e desenvolver as capacidades científicas, éticas e tecnológicas de uma nação. Isto porque, o conhecimento é o instrumento fundamental do homem para alcançar êxito pessoal e coletivo, bem como, de compreensão e de transformação da natureza e da sociedade.

Como propõe Paulo Freire, a escola deve combater a competitividade e trabalhar pela solidariedade: “... espera-se que, dentro das escolas, a produção do conhecimento e o exercício de conhecer o conhecimento que já existe se deem não em termos competitivos, mas sim de solidariedade” (p. 104).

#### **4.5 - Alfabetização e Letramento:**

A aquisição das tecnologias da escrita alfabética e da utilização das habilidades de ler e escrever acontece por meio do processo de alfabetização, ou seja, pela apropriação do sistema de escrita alfabética.

Sobretudo, é preciso compreender que “o domínio da tecnologia de escrita (o sistema alfabético e ortográfico), se obtém por meio do processo de alfabetização” (MACIEL; Lúcio, 2009, p. 14).

Contudo, não basta que o sujeito apenas aprenda a ler e escrever, mas que tenha domínio da leitura e escrita em diferentes contextos e situações, percebendo que existem múltiplas possibilidades do uso da escrita e da leitura, resultando no processo de letramento.

Soares (2006, p. 20) afirma que “não basta apenas saber ler e escrever, é preciso também saber fazer uso do ler e do escrever, saber responder às exigências de leitura e escrita que a sociedade faz continuamente”.

Esta reflexão permite compreender que ser letrado não se limita apenas à capacidade de compreender a tecnologia, de ler e escrever, mas abrange os aspectos sociais, políticos, cognitivos, culturais, psíquicos e linguísticos.

O letramento traz impactos no exercício da cidadania da pessoa, pois permite ao sujeito a interação social, produções de textos, compreensão de diversos gêneros textuais. Letramento é estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever, podendo atuar efetivamente na sociedade a partir do uso da leitura e escrita.

Segundo Leal, Albuquerque e Moraes (2007, p. 70), “letramento, relaciona-se ao exercício efetivo e competente daquela tecnologia da escrita, nas situações em que precisamos ler e produzir textos reais”.

Alfabetização e letramento são fenômenos complexos, distintos, porém, inseparáveis, pois o processo de alfabetização deverá ser na perspectiva do letramento, possibilitando ao aprendiz, por intermédio de uma postura política,

alfabetizar-se e letrar-se, simultaneamente (LEAL; ALBUQUERQUE; MORAES, 2007).

Diante disso, enfatiza-se que a alfabetização deve ser promovida na perspectiva do letramento, pois, o ato de ler e escrever deve superar o simples domínio de uma tecnologia e alcançar uma complexidade de inserção do indivíduo nas práticas sociais.

Segundo Soares (2006, p. 18) “Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita”.

O letramento é um estado que permite ao sujeito envolver-se em práticas sociais de leitura e escrita. A linguagem está presente constantemente na vida das pessoas, o ser humano se constitui pela linguagem.

Assim, a concepção de linguagem estabelece relação com a leitura, a produção de texto, a oralidade, a variedade textual, ou seja, tem diversas manifestações, considerando que a linguagem é um processo de interação.

Diante desta mudança de concepção sobre alfabetização na perspectiva do letramento, cabe ao educador promover “situações de leituras, produções de textos e reflexões sobre os aspectos sócio-discursivos dessa variedade textual” (LEAL; ALBUQUERQUE; MORAES, 2007, p. 72).

Na educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, as leituras devem ser prazerosas, lúdicas, interessantes. Além disso, é preciso compreender que os textos literários necessitam fazer parte do universo infanto-juvenil.

A formação de estudantes leitores não se dá de forma mecânica, sem mediação ou sem reflexão, mas por intermédio da prática social, ressaltando que se constitui como condição para a prática de leitura e produções de textos “introduzir diferentes gêneros textuais no processo de ensino, refletindo sobre as relações entre suas características composicionais e suas funções” (MACIEL; Lúcio, 2009, p. 14).

Diante disso, é possível afirmar que, para tornar-se leitor e autor, é preciso que o sujeito tenha acesso ao mundo letrado.

Assim, não basta apenas codificar as letras do sistema alfabético, mas o perceber como um instrumento de acesso à informação e compreensão de mundo.

#### 4.6 - Currículo:

Demerval Saviani no seu livro: Sobre a natureza e especificidade da Educação, concebe o currículo como a "...organização do conjunto das atividades nucleares distribuídas no espaço e tempos escolares, um currículo é, pois, uma escola funcionando, quer dizer, uma escola desempenhando a função que lhe é própria" (1992, p. 36).

Assim, para existir a escola, não basta a existência do saber sistematizado, se faz necessário viabilizar as condições de sua transmissão e assimilação. Isso significa dosá-lo e sequenciá-lo de modo que o aluno avance gradativamente, saindo do senso comum para o saber elaborado, respeitando o senso comum.

*"O que não é possível (...) é o desrespeito ao saber de senso comum; o que não é possível é tentar superá-lo sem, partindo dele, passar por ele" (Freire, 1997, p. 84).*

O currículo é uma produção social, cultural e é uma ação coletiva, que a escola tem autonomia para organizar, buscando uma unidade entre as Diretrizes Curriculares Nacionais e as reais necessidades da comunidade escolar, não perdendo de vista que é direito das novas gerações apropriarem-se do conhecimento acumulado historicamente, instrumentalizando o aluno para compreender a realidade e nela atuar de forma a modificá-la.

A organização curricular é disciplinar está sujeita à Base Nacional Comum, porém o momento histórico que passa a educação exige um rompimento com a estrutura linear dos conteúdos, e uma nova estrutura toma o seu lugar, através do trabalho conjunto realizado nas diferentes esferas da educação

A LDB orienta a organização do currículo propondo uma visão orgânica do conhecimento, interdisciplinaridade, relação entre os conteúdos, situações de aprendizagem e contextos de vida social e pessoal, reconhecimento das linguagens como formas de constituição dos conhecimentos e das identidades. Estes pressupostos terão, portanto, uma perspectiva interdisciplinar e contextualizada, buscando atingir os objetivos a que se propõe a escola.

Novos caminhos têm sido buscados nos diversos campos das ciências, no sentido de romper com a organização linear do conhecimento escolar. Essa questão se configura em um grande desafio para os educadores. Percebe-se a necessidade de criar condições e estratégias, para que o aluno construa uma nova maneira de compreender a realidade da qual faz parte, extrapolando as relações locais,

buscando relações mais amplas, ajudando-o a relacionar as experiências anteriores e as vivências pessoais e a formular e resolver problemas que utilizem os conhecimentos apreendidos em diferentes situações.

#### **4.7 - Avaliação:**

O processo de avaliação não diz respeito apenas ao ensino e nem pode ser reduzido apenas a técnicas. Fazendo parte da permanente reflexão sobre a atividade humana, a avaliação constitui-se num processo intencional.

Refletir é também avaliar e avaliar é também planejar e estabelecer novos objetivos.

A avaliação é também uma questão política. Pode se constituir num exercício autoritário do poder de julgar ou, ao contrário, pode se constituir num processo e num projeto em que avaliador e avaliado buscam e sofrem uma mudança qualitativa. Essa segunda prática é chamada por Paulo Freire de “avaliação emancipadora”, e de “concepção dialética da avaliação”, por Pedro Demo.

Demo valoriza na avaliação, os critérios de representatividade, de legitimidade, de participação da base, de planejamento participativo, de convivência, de consciência política, de solidariedade comunitária, de capacidade crítica e autocrítica, de autogestão e de outros elementos que, em última instância, serviriam para desenvolver a cidadania. Se qualidade é participação, avaliação qualitativa equivale a avaliação participante.

Luckesi dá à avaliação um maravilhoso conceito, dizendo que é um ato amoroso, no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo e inclusivo. “Quero clarificar como o ato de avaliar a aprendizagem, por si, é um ato amoroso. Entendo que o ato de avaliar é, constitutivamente, amoroso “(2005, p. 168).

Diante dessas contribuições teóricas, concebe-se avaliação como emancipatória e qualitativa, sendo um instrumento de reflexão para professores e alunos, cada qual buscando melhorar sua prática a partir dos resultados obtidos, não sendo vista como um acerto de contas ou um ato de autoridade e manipulação. Que priorize o que realmente é essencial.

Com base em uma Concepção Progressista, Paulo Freire defende uma prática emancipadora de avaliação.

Luckesi coloca que a avaliação pode contribuir para a transformação social: “(...) colocar a avaliação escolar a serviço de uma pedagogia que entenda e esteja preocupada com a educação como mecanismo de transformação social” (2005, p. 168).

Com base nesses educadores concebemos como uma avaliação adequada a diagnóstica (processual, cumulativa e contínua), entendendo que, dessa forma, poderá haver a verificação de até que ponto uma prática é caminho para a concretização de uma ideia, de um valor. A valorização do que o aluno realmente aprendeu, desafiando-o a superar seus limites e a reconhecer-se como sujeito questionador, ousado, criativo, crítico, respeitoso de si mesmo e do outro. Capaz de atuar individual e socialmente com justiça e liberdade, enquanto agente de transformação social.

“O ideal é que, cedo ou tarde, se invente uma forma pela qual os educandos possam participar da avaliação. É que o trabalho do professor é o trabalho do professor com os alunos e não do professor consigo mesmo” (Freire, 2000, p.71).

A avaliação deve ser o momento de obter informações necessárias sobre o desenvolvimento da prática pedagógica para a intervenção e reformulação desta prática e dos processos de aprendizagem.

Nesta perspectiva o processo de avaliação pressupõe uma tomada de decisão, uma oportunidade ao aluno de ter conhecimento dos resultados de sua aprendizagem e se organizar para as mudanças necessárias.

De acordo com o Artigo 24 da LDB, concebe-se a recuperação de estudos como uma parte constitutiva da prática docente e não apenas recuperação de notas. Portanto, a recuperação dos conteúdos não compreendidos pelos alunos acontecerá durante o processo ensino aprendizagem e não somente no final do ano letivo, o que caracterizaria somente como recuperação da média final, mas à medida que o aluno vai sendo avaliado.

É a partir da análise dos resultados, da reflexão sobre a necessidade de mudanças, que proporcionem novas oportunidades de aprendizagem, num processo contínuo, sistemático e integral de acompanhamento e julgamento do nível no qual alunos e professores se encontram em relação ao alcance dos objetivos desejados na formação do cidadão, que a avaliação acontecerá numa perspectiva transformadora.

#### **4.8 - Formação Continuada:**

A formação continuada é um direito de todos os profissionais que trabalham na escola, uma vez que não só ela possibilita a progressão funcional baseada na titulação, na qualificação e na competência dos profissionais, mas também propicia, fundamentalmente, o desenvolvimento profissional dos professores articulado com as escolas e seus projetos.

A LDBEN nº 9394/96, no Artigo 62-A, Parágrafo Único diz que: “Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação”.

A formação continuada não deve se limitar aos conteúdos curriculares, mas se estender à discussão da escola como um todo e suas relações com a sociedade.

Todos os profissionais da escola são importantes para a realização dos objetivos do projeto político-pedagógico. Os professores são responsáveis por aquilo que os especialistas em educação chamam de transposição didática, ou seja, concretizar os princípios político-pedagógicos durante o processo de ensino-aprendizagem. No entanto, cada um dos demais profissionais da educação tem um papel fundamental no processo educativo, cujo resultado não depende apenas da sala de aula, mas também da vivência e da observação de atitudes corretas e respeitadas no cotidiano da escola. T tamanha responsabilidade exige boas condições de trabalho, preparo e equilíbrio. Para tanto, é importante que se garanta formação continuada aos profissionais e também outras condições, tais como estabilidade do corpo docente, o que incide sobre a consolidação dos vínculos e dos processos de aprendizagem, uma adequada relação entre o número de alunos, salários condizentes com a importância do trabalho, entre outros, de forma que possa proporcionar a reflexão e aperfeiçoamento das suas práticas pedagógicas e também de promover o protagonismo de seus alunos, potencializando assim o processo de ensino-aprendizagem.

A formação continuada deve ser entendida como um processo permanente e constante de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade educativa.

#### **5 - ELEMENTOS OPERACIONAIS:**

O Planejamento é um processo contínuo de conhecimento e análise da realidade escolar em busca da solução de problemas no propósito de tomada de decisões. É intrínseco ao planejamento possibilitar a revisão, a correção e o redirecionamento das ações. Ele indica o caminho a seguir antecipando resultados, uma vez que articulam objetivos e elementos para atingi-los, como as estratégias, os recursos e os responsáveis. Assim, definem-se as ações a serem seguidas, nas perspectivas pedagógica, administrativa e político-social.

A elaboração do Projeto Político-Pedagógico acontece na articulação entre os elementos diagnosticados, os conceitos estabelecidos e o planejamento, de forma a refletir na efetiva execução das ações assumidas coletivamente. Nesta etapa, devem-se definir as proposições de ações voltadas às situações identificadas na realidade da escola, considerando os fundamentos teóricos em que se estabeleceu a intencionalidade. É o momento de indicar como chegar ao projeto de escola político e pedagógico.

A organização ou reorganização do trabalho educativo deve ser considerada nas perspectivas pedagógica e administrativa, apresentando-se em linhas gerais, como se dará o desenvolvimento das ações, que asseguram a devida aplicação de recursos materiais, humanos, intelectuais e financeiros nos diferentes âmbitos, envolvendo os segmentos da comunidade escolar.

### **Plano de ação:**

<b>Dimensão</b>	<b>Frente de atuação</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>	<b>Prazo</b>	<b>Ações</b>	<b>Detalhamento das ações</b>	<b>Responsável</b>
A organização dos tempos e espaços e as rotinas.	Séries do Ciclo de alfabetização 1º e 2º anos.	A melhoria dos conhecimentos básicos de Língua Portuguesa.	Melhora da fluência em leitura.	Na permanência do aluno no ciclo.	O desenvolvimento da consciência fonológica, a compreensão do princípio alfabético, ampliação do vocabulário.	A alteração da grade na Matriz Curricular. Aplicação do método das Boquinhas com os materiais adquiridos pela Secretaria Municipal de Educação.	Coordenadora municipal, pedagoga, professores do ciclo.
		A melhoria dos conhecimentos básicos de Matemática.	Melhora dos conceitos básicos matemáticos.		Aquisição do letramento matemático referindo-se à capacidade de raciocinar, representar e argumentar, matematicamente	A alteração da grade na Matriz Curricular. Desenvolvimento da educação matemática, para que favoreça o estabelecimento de conjecturas, a formulação e a resolução de problemas, utilizando conceitos, procedimentos, fatos e ferramentas matemáticas.	
A organização dos equipamentos físicos e pedagógicos.	Tecnologias digitais.	Uso do laboratório de informática.	Desenvolver o conhecimento por meio desta prática pedagógica.	A cada ano letivo.	Estabelecimento de parceria com o Núcleo Regional de Educação para que a escola possa, realmente, fazer uso do laboratório de	Com suporte técnico para auxiliar o professor na execução de atividades com a exploração tecnológica, bem como a elaboração	Secretaria Municipal de Educação, Núcleo Regional de Educação, técnico de informática, equipes

					informática da escola estadual, tendo efetivo apoio da gestão estadual.	de planos de aulas com objetivos voltados para a aprendizagem digital.	administrativas e pedagógicas das escolas e professores.
A relação Comunidade e Escola.	Instancias colegiadas.	A interação e participação efetiva da comunidade no Conselho Escolar e na APMF.	Conhecimento das funções e participação ativa.	Durante a permanência do aluno na instituição.	Reuniões e esclarecimentos sobre as funções dos membros do Conselho e APMF.	Através da conscientização dos pais, membros do Conselho Escolar, APMF, professores e funcionários, com reuniões no início e durante o ano letivo.	Equipe administrativa e pedagógica da escola.
As contradições e conflitos na prática pedagógica.	A instituição.	Melhorar a qualidade no trabalho, diante à dualidade do espaço físico.	Garantia de espaço físico.	Durante o funcionamento das instituições.	Construção de espaço específico para Educação Infantil.	Intervenção do Conselho Escolar junto à Secretaria Municipal de Educação para que, buscando autorização da SEED, possa realizar a construção de salas específicas para Educação Infantil, possibilitando desenvolver as atividades lúdicas em ambiente apropriado.	Conselho Escolar, Secretaria Municipal de Educação, Núcleo Regional de Educação, SEED.
		Melhorar o desempenho no trabalho pedagógico a partir da	Divisão das turmas bisseriadas.	Durante a permanência na escola, de todos os alunos.	Contratação de professor.	Intervenção do Conselho Escolar junto à Secretaria Municipal de Educação, com	Conselho Escolar, Secretaria Municipal de Educação.

		separação das turmas bisseriadas.				participação dos professores, equipe pedagógica e administrativa, para solicitar a divisão das turmas bisseriadas.	
	Dificuldades de aprendizagem	Melhorar o desenvolvimento das turmas e reduzir a reprovação.	Melhora nos índices de aprendizagem e redução da reprovação.	Enquanto houver a necessidade de acompanhar o aluno.	Sala de apoio.	Implantantação de sala de apoio em contraturno.	Coordenadoras do Ensino Fundamental e Educação Especial , pedagogo e professores.
As relações interpessoais	Comunidade escolar	Respeitar as diferenças do ser humano em sua totalidade.	Respeito quanto à etnia, religião, cultura e classe social.	Durante a permanência na escola de todos os envolvidos.	Projetos integrados, visando o bom desenvolvimento das relações interpessoais.	Incentivar as expressões de ideias, a troca de experiências e de opiniões e a participação da comunidade escolar.	Equipe gestora, pedagógica e professores.
O acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes: análise das avaliações (interna e externa).	Corpo docente e discente.	Garantir a estabilidade dos resultados alcançados nas avaliações, com possível crescimento.	Melhora dos resultados da avaliação de fluência e aumento no nível de proficiência das avaliações externas.	Durante o ano letivo.	Treino de práticas de leitura, análise de dados e intervenção na prática pedagógica.	Desenvolvimento do projeto de leitura, prática no momento das paradas de leitura e atuações cotidianas do docente na sala de aula.	Equipe pedagógica e docentes.
Atendimento educacional especializado.	Educação Infantil e Anos Iniciais.	O encaminhamento para o atendimento	Dar condições a todos os alunos e garantias de	Durante a permanência do aluno na instituição.	Encaminhamento e acompanhamento do rendimento,	Através de observações e análises conjuntas do docente,	Especialistas da saúde; coordenadoras da Educação

		educacional especializado e especialista.	um ensino adequado e atendimento especializado.		interação social e cognitiva do aluno.	pedagogos, coordenadoras de Educação Especial, especialistas da área de saúde e família.	Especial; pedagoga; professores; família.
A gestão.	A comunidade escolar.	Conscientizar os pais sobre a importância de participação e atuação nas instâncias colegiadas.	Fortalecimento das instâncias colegiadas: APMF, Conselho Escolar e Conselho de Classe.	Durante a gestão.	Reuniões periódicas.	Estudo dos estatutos da APMF e Conselho Escolar e esclarecimento sobre a função de cada membro. Repasse de informações sobre as necessidades da escola e o uso consciente dos recursos recebidos pela instituição.	Equipe administrativa e comunidade escolar.
Demandas sócio educacionais	A comunidade escolar.	Conscientizar a comunidade escolar quanto ao respeito à diversidade, contribuindo para a formação da cidadania.	Melhoria e aceitação na convivência social.	Durante a permanência do aluno na instituição.	Desenvolver projetos voltados às necessidades da comunidade escolar: drogas, violência sexual, bullying (Estatuto da Criança e do Adolescente, aceitação do idoso, cultura, etnia, religiosidade e diversidade social), alimentação,	Os projetos serão desenvolvidos simultânea e gradativamente, de modo que todos os alunos sejam contemplados, desde a Educação Infantil ao Ensino Fundamental.	Equipe gestora, pedagógica e professores.

					educação ambiental, educação para o trânsito, educação financeira.		
Transição	Alunos do Infantil 5 e 5º ano.	Favorecer uma transição tranquila entre as etapas de ensino.	Redução dos impactos causados durante a transição das etapas.	Período da transição das etapas.	Interação entre os profissionais das etapas de transição e ambiente escolar.	Interação entre os docentes do Infantil 5 e primeiro ano, do quinto e sexto anos para troca de informações, entrega de portfólios e relatórios. O professor do primeiro ano dará continuidade às rotinas e atividades lúdicas para melhor adaptação do aluno na etapa seguinte.	Equipe pedagógica das instituições, professores do Infantil 5, primeiro, quinto e sexto anos.

### **Organização Pedagógica nos processos avaliativos:**

A avaliação na Educação Infantil será de forma diagnóstica, contínua e formativa, mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem objetivo de promoção para o acesso no Ensino Fundamental.

Na observação diária, os professores conhecem o desenvolvimento de seus alunos, registrando suas conquistas e avanços na aprendizagem conduzindo o trabalho pedagógico na tomada de decisões acerca das intervenções necessárias. Dessa forma, o professor terá parâmetros para perceber os avanços, recuos e desafios que ambos (aluno e professor) terão que enfrentar.

A avaliação será assumida no sentido de valorizar a ação pedagógica, de forma a colaborar, promover o avanço da aprendizagem e o desenvolvimento infantil, respeitando as características da criança e do contexto onde a mesma encontra-se inserida.

O professor poderá avaliar através dos portfólios, que são a coletânea dos trabalhos feitos pelos alunos. É realizado o registro trimestral na Ficha de Avaliação da Educação Infantil, onde constam os conteúdos trabalhados, atribuindo o conceito dominou, não dominou e dominou parcialmente, fazendo o registro do desenvolvimento e aprendizagem. Enquanto o professor avalia a criança, está também avaliando o processo educativo que realiza com seu grupo.

Em anexo, constam as fichas de avaliação da Educação Infantil.

A Avaliação do ensino fundamental servirá de subsídio para o professor acompanhar o processo de ensino aprendizagem. Será uma ação que ocorrerá durante todo o processo e terá função diagnóstica, com um processo contínuo de análise e reflexão sobre o desempenho dos alunos. Durante todo o processo, serão registrados os avanços e as dificuldades que os alunos virem a apresentar, sem preocupação com notas, mais sim com os objetivos propostos.

Ciclo I (1º, 2º e 3º anos):

Não haverá retenção dos alunos de primeiro e segundo anos, conforme instrução 05/2009.

Os registros dos resultados serão feitos trimestralmente mediante ficha de avaliação, contendo os conteúdos, onde serão classificados como: apresenta dificuldade, atingiu parcialmente e atingiu totalmente.

Esses resultados servirão de referência para a retomada do trabalho do professor, bem como referencial para o professor da série seguinte.

No 3º ano, as fichas de avaliação servirão como referência para análise e promoção dos alunos, podendo haver a retenção, conforme o rendimento obtido.

Em anexo, constam as fichas de avaliação do ciclo I.

Seriação (4º e 5º anos):

A avaliação é realizada em função dos conteúdos, utilizando métodos e instrumentos diversificados, sendo vedado submeter o aluno a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação, sendo coerente com as concepções e finalidades educativas e orientações educacionais deste Projeto Político-Pedagógico. Dentro da visão de avaliação diagnóstica, contínua, cumulativa e processual, a avaliação será durante todo o processo, no decorrer do ano, observando o direito assegurado à recuperação de estudo que deverá ser de forma permanente e concomitante ao processo ensino e aprendizagem com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados. Os resultados das avaliações dos alunos serão registrados em documentos próprios a fim de assegurar a regularidade e autenticidade da vida escolar. Os resultados da recuperação serão incorporados às avaliações. A promoção é o resultado da avaliação do aproveitamento escolar do aluno com a média mínima exigida de 6,0 (seis vírgula zero), aliada a apuração de sua frequência.

**Classificação:** O estabelecimento adota como critério de classificação anos de acordo com a lei 9394/96 e Regimento Escolar.

**Da promoção:** Na promoção do sistema ciclo I, será automática do 1º para o 2º ano e do 2º para o 3º ano, desde que tenha 75% de frequência, as quais serão computadas anualmente. Já nos três anos subseqüentes, a promoção será mediante a verificação do rendimento escolar, através de fichas avaliativas para o 3º ano e, no 4º e 5º anos, serão consideradas quatro notas parciais por área de conhecimento em cada etapa, que corresponderão às provas individuais escritas e também a outros instrumentos avaliativos adotados, para o cálculo da média final, durante o processo de ensino, a que, obrigatoriamente, o educando se submeterá na presença do professor, conforme Regimento Escolar.

Nas disciplinas de Arte, Educação Física e Ensino Religioso, as avaliações realizadas no decorrer do processo ensino-aprendizagem não terão registro de nota para fins de promoção.

**Da recuperação:** Sempre que for constatada defasagem de conteúdos, será realizada a recuperação, sendo esta paralela e contínua, ao longo do ano. Não haverá recuperação final por defasagem de conteúdos ou por falta.

Quando não houver o aproveitamento satisfatório e frequência inferior a 75%, o aluno será retido no ano em que está cursando.

Serão realizadas reuniões com os pais, trimestralmente, para repasse e observações do rendimento escolar do filho.

### **Organização do Conselho de Classe:**

O Conselho de Classe é o momento em que os professores, equipe pedagógica e direção se reúnem para discutir, avaliar as ações educacionais e indicar alternativas que busquem garantir a efetivação do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes. O Conselho de Classe pode ser organizado em três momentos: pré-conselho, conselho de classe e pós-conselho.

**Pré-conselho:** levantamento de dados do processo de ensino e disponibilização aos conselheiros (professores) para análise comparativa do desempenho dos estudantes, das observações, dos encaminhamentos didático-metodológicos, de forma a se obter um diagnóstico.

**Conselho de Classe:** momento em que todos os envolvidos no processo se posicionam frente ao diagnóstico obtido e definem em conjunto as proposições que favoreçam a aprendizagem dos alunos.

**Pós-conselho:** momento em que as ações previstas como problemáticas no Conselho de Classe são retomadas e efetivadas.

As discussões e tomadas de decisões devem estar respaldadas em critérios qualitativos como: os avanços obtidos pelo estudante na aprendizagem, o trabalho realizado pelo professor para que o estudante melhore a aprendizagem, a metodologia de trabalho utilizada pelo professor, o desempenho do aluno em todas as disciplinas, o acompanhamento do aluno no ano seguinte, as situações de inclusão, as questões estruturais, os critérios e instrumentos de avaliação utilizados.

Cabe à equipe pedagógica a organização, articulação e acompanhamento de todo o processo do Conselho de Classe, bem como a mediação das discussões que deverão favorecer o desenvolvimento das práticas pedagógicas.

### **Estratégias para articulação com a família:**

Os momentos em que há a articulação e o contato com a família do aluno, acontecem nas reuniões trimestrais, nas apresentações de datas festivas da escola e em diferentes situações, como o desenvolvimento de projetos, visando ações específicas através de um trabalho unificado entre a comunidade escolar, professores e equipe pedagógica, a fim de promover atividades como palestras, que motivem os pais para que compreendam sua importância no convívio escolar, com responsabilidade para com os seus filhos.

A escola procura junto com a comunidade, resgatar os valores de solidariedade, crença e ética, levando os alunos a construir uma sociedade mais humana e mais justa, sendo a educação escolar de grande importância nessa comunidade, desenvolvendo a aprendizagem e assim ajudando os indivíduos a aprender a reivindicar seus direitos, atuando como cidadãos para um melhor desenvolvimento social.

Os resultados das avaliações são repassados aos pais em reuniões trimestrais, onde os professores apresentam as fichas avaliativas ou boletins da turma com os resultados obtidos no trimestre e, se necessário, as ações a serem tomadas no trimestre posterior para que haja melhor desempenho.

#### **Recuperação de estudos e final:**

A recuperação de estudos priorizará a construção do conhecimento, sendo integrante da aprendizagem, utilizando-se das mais diversificadas metodologias. Ela se dará sempre que se fizer necessário retomar conteúdos, tendo o intuito de aprimorar a aquisição do conhecimento dentro do processo ensino aprendizagem.

A recuperação ocorrerá durante o processo educacional, servindo de alerta para o professor retomar alguns conteúdos que os alunos não conseguiram assimilar.

Será dada preponderância aos aspectos qualitativos da aprendizagem realizada cooperativamente, visando determinar até que nível os objetivos, previamente estabelecidos, foram ou deixaram de ser alcançados pelos alunos.

Após verificar os resultados, os professores e alunos se conscientizarão dos avanços e dificuldades do ensino-aprendizagem, revendo os pontos que necessitarão ser retomados, pois o processo de avaliação não servirá só para avaliar os alunos, como também, os professores.

Para os alunos que não conseguiram resultados satisfatórios, logo em

seguida será feita a recuperação paralela, retomando os pontos que os alunos não conseguiram aprender. Serão trabalhados de maneira diversificada para que todos tenham as possibilidades de aprendizagem ampliadas.

### **Reclassificação, análise das transferências e adaptações:**

#### **Reclassificação:**

De acordo com a Seção VI do capítulo II do Regimento Escolar, entende-se que a reclassificação é o processo pelo qual o estabelecimento de ensino avalia o grau de experiência do aluno matriculado, preferencialmente no início do ano, levando em conta as normas curriculares gerais, a fim de encaminhá-lo à etapa de estudos, compatível com sua experiência e desenvolvimento, independentemente do que registre o seu Histórico Escolar.

Dessa forma, cabe aos professores verificarem as possibilidades de avanço na aprendizagem do aluno, devidamente matriculado e com frequência na série/disciplina, dando conhecimento à equipe pedagógica para que a mesma possa iniciar o processo de reclassificação.

A equipe pedagógica comunicará, com a devida antecedência, ao aluno e/ou seus responsáveis, os procedimentos próprios do processo a ser iniciado, a fim de obter o devido consentimento.

O estabelecimento de ensino, quando constatar possibilidade de avanço de aprendizagem, apresentado por aluno devidamente matriculado e com frequência na série/ano, deverá notificar o NRE para que este proceda orientação e acompanhamento quanto aos preceitos legais, éticos e das normas que o fundamentam, cabendo à Comissão elaborar relatório, referente ao processo de reclassificação, anexando os documentos que registrem os procedimentos avaliativos realizados, para que sejam arquivados na Pasta Individual do aluno.

O aluno reclassificado deve ser acompanhado pela equipe pedagógica, durante dois anos, quanto aos seus resultados de aprendizagem.

#### **Análise das transferências:**

De acordo com a Seção VII do Capítulo II do Regimento Escolar, entende-se que a matrícula por transferência ocorre quando o aluno, ao se desvincular de um estabelecimento de ensino, vincula-se, ato contínuo, a outro, para prosseguimento dos estudos em curso, devendo essa ser assegurada no estabelecimento de ensino,

aos alunos que se desvincularam de outro, devidamente integrado ao sistema de ensino, mediante apresentação da documentação de transferência, com aproveitamento e assiduidade do aluno, com observância da proximidade residencial.

Os registros do estabelecimento de ensino de origem serão transpostos ao estabelecimento de destino, sem modificações. Porém, antes de efetivação da matrícula, se necessário, solicitar à escola de origem os dados para a interpretação dos registros referentes ao aproveitamento escolar e assiduidade do aluno.

No Ensino Fundamental, os registros do aluno do estabelecimento de origem, referentes ao aproveitamento escolar e à assiduidade, serão transpostos conforme legislação em vigor.

#### **Adaptação:**

De acordo com a Seção XII do Capítulo II do Regimento Escolar, fica estabelecido que o Estabelecimento de Ensino não oferta a seus alunos matrícula com o sistema de adaptação.

#### **Projeto desenvolvido:**

A escola desenvolve um projeto voltado à leitura denominado “O Mundo Mágico da Leitura” que visa estimular o gosto pela leitura desde os primeiros anos do aluno na escola, proporcionando momentos de manuseio dos livros, desenvolvimento da oralidade e incentivo à participação da família no processo de formação dos pequenos leitores.

O projeto é desenvolvido com todos os alunos, desde o infantil ao 5º ano. Com os alunos de Educação Infantil, além dos momentos de leitura proporcionados pela professora, é organizada uma pasta contendo, alguns exemplares, que são levados pelos alunos para casa, lidos pelos pais e recontados pelos alunos na sala para os colegas. Os alunos das demais turmas fazem sua escolha, levam o livro para casa para e, posteriormente, fazem registros através de desenhos ou da escrita, conforme a escolaridade, sobre aspectos relacionados à obra lida.

Todas as salas possuem o “Cantinho da Leitura”, onde estão disponíveis aos alunos diversos livros, bem como outros materiais, para que em momentos oportunos, os mesmos possam ter acesso à leitura.

Ao longo do projeto, cada professora tem autonomia para incluir metodologias que venham ampliar e enriquecer a atividade em questão.

Durante o ano letivo, a critério de cada professor e em consonância com a direção da escola, é organizada uma visita por turma à biblioteca municipal.

### **Avaliação do Projeto Político-pedagógico:**

O Projeto Político-pedagógico é elaborado com a participação da comunidade escolar, através de questionários enviados às famílias dos alunos e que ao retornarem, são transformados em dados para fazer parte do documento. Todos os profissionais da escola também participam, seja através de questionários ou nos momentos destinados às reuniões na escola.

A avaliação e aprovação do documento são feitas pelo Conselho Escolar da Instituição de Ensino.

### **Avaliação Institucional:**

**Objetivo Geral:** analisar a instituição como um todo, diante de seus aspectos administrativos e pedagógicos.

#### **Objetivos Específicos:**

- verificar a relação de teoria e prática do professor;
- perceber a concepção que o professor tem sobre o processo avaliativo;
- verificar como o aluno percebe a instituição como um todo;
- investigar como se dá a relação da avaliação para com o aluno;
- analisar os diversos espaços físicos da instituição;
- investigar como os funcionários técnico-administrativos percebem a escola tanto no que diz respeito à sua infraestrutura, quanto as suas relações sociais e pedagógicas;

#### **Justificativa:**

O presente trabalho, tenta alcançar o projeto de avaliação institucional realizado por órgãos públicos que avaliam as escolas com a finalidade de, partindo dos resultados obtidos, repensarem as políticas para a educação nos aspectos infraestruturais, administrativos e pedagógicos.

Esse trabalho especificamente é importante porque verifica quais são os mecanismos que orientam o cotidiano da escola e ainda, como os atores sociais que

compõem a instituição, entendem esses mecanismos, e diante dessa percepção, como se fazem presentes nesse processo.

A partir desse projeto de pesquisa, podemos refletir sobre aspectos relevantes e significativos ao ensino-aprendizagem, tais como a proposta pedagógica, a administração, o espaço físico da escola e as relações interpessoais.

### **Metodologia:**

Nessa pesquisa, o método utilizado foi um questionário estruturado com perguntas fechadas e algumas abertas, através do qual foram coletados os dados que serão de fundamental importância para analisar os objetivos propostos.

O alvo desse trabalho foi os alunos, professores, funcionárias e diretora da referida escola. A escolha por esse grupo foi de acordo com os fatores necessários para se fazer uma avaliação fidedigna a respeito da instituição como um todo e devido à disponibilidade dos pesquisadores.

### **Análise dos questionários tabulados:**

#### **Questionário dos alunos:**

De acordo com a pesquisa realizada, percebeu-se que a maioria dos alunos estuda na escola por um período de quatro horas diárias, durante sete anos.

Analisando a questão da reprovação, pode-se concluir que a maioria dos alunos é aprovada.

Quanto à percepção que os alunos têm da escola, fica visível que entendem a instituição como um lugar onde serão ajudados a terem melhores condições de vida, proporcionadas pela própria aprendizagem.

No que se refere aos processos avaliativos da escola, os alunos estão satisfeitos com o tipo de avaliação utilizado, pois percebem que a escola inclui outras formas de avaliação, além de testes e provas, procurando valorizar o conhecimento prévio que trazem consigo, colocando-os como coautores do ensino-aprendizagem. A maioria dos alunos estuda a matéria dada todos os dias, revisando, não deixando para estudar somente na véspera da avaliação. Apesar de não se abalarem tanto com testes e provas, os alunos sentem a necessidade de obterem boas notas, pois veem que tanto a escola quanto a família exigem resultados positivos no processo avaliativo.

#### **Questionário dos professores:**

Analisando as questões propostas aos professores, é possível perceber que estes entendem que é preciso conhecer o aluno, sua realidade, analisar o estágio da

aprendizagem em que se encontra para poder avaliar. Assim, fazendo esse diagnóstico e analisando o processo de aprendizagem, o professor percebe durante todo o trabalho qual foi o nível de progresso desse aluno, possibilitando ou não, sua promoção para a série seguinte.

Os professores, em sua maioria, acreditam que a avaliação é fundamental para o processo educativo e que esta deve acontecer de forma coerente às habilidades e competências trabalhadas, respeitando as diferenças e valorizando toda e qualquer evolução apresentada, de forma a considerar que cada ser é único e que a homogeneidade nunca se faz presente na turma.

A maior parte dos professores utiliza algum teórico para fundamentar sua própria prática pedagógica. Os mais citados foram Emília Ferreiro, Vigotsky, Paulo Freire, Sara Pain, entre outros. Ainda nessa questão, alguns professores mencionaram os educadores participantes das capacitações do município, Marcos Meier e Renata Jardim, esta, autora de um método de alfabetização já consolidado na rede municipal de educação e que vem apresentando resultados eficientes, desde sua implantação.

Com relação ao espaço físico da escola, a maioria dos professores entende que o mesmo está adequado às salas de aula, sanitários, refeitório e espaço externo. No entanto, a escola necessita de uma brinquedoteca, para o atendimento das crianças de quatro e cinco anos, bem como, biblioteca, sala de vídeo e de informática. Todos os professores, sem exceção, são categóricos ao afirmar que há a necessidade do desmembramento das turmas bisseriadas para que haja melhor rendimento e possibilidade de trabalho produtivo.

#### **Questionário técnico-administrativo:**

No que diz respeito aos funcionários acima citados, estes entendem que a escola é um lugar para formar pessoas.

Todos os funcionários afirmam que as decisões são tomadas no coletivo. Todos os funcionários acreditam que os alunos são provenientes de classes com baixa renda e entendem que o trabalho realizado pelos professores deixa claro o compromisso com a escola. Os funcionários também afirmam que a relação deles com os alunos é muito boa e com os demais funcionários, considera ser boa também.

Sobre o PPP da escola, todos entendem que fazem parte do grupo de elaboração, pois participam das reuniões, são motivados a opinar e sugerir no que é pertinente à suas funções.

Entendem que as condições de trabalho na escola são muito boas e que existe diálogo entre funcionários, professores e direção. Acreditam que as condições sociais interferem na aprendizagem e concordam com a metodologia de ensino-aprendizagem da escola, que procura valorizar o conhecimento prévio e o quanto mais o aluno conseguiu agregar durante esse processo.

#### **Questionário da instituição:**

As análises mostram que a instituição, no quesito espaço físico, não consegue atender com qualidade seus alunos. Há a necessidade da existência de um espaço adequado para o “brincar” dos alunos de Educação Infantil, biblioteca, sala de vídeo de vídeo e informática.

A equipe define-se como democrática, afirmando que a relação entre a escola e a comunidade é boa, assim como entre professores e demais funcionários.

A escola tem uma proposta pedagógica bem definida e cada um entende seu papel na unidade. Porém existe carência de um profissional de apoio que possa dar suporte aos professores que trabalham com turmas bisseriadas. Também fica claro que as condições sociais interferem no processo ensino-aprendizagem. Todos da equipe promovem e participam dos encontros periódicos.

O objetivo do PPP é realizar uma integração entre comunidade e escola.

Os professores demonstram terem clara e definida a forma como devem avaliar seus alunos, procurando valorizar o progresso conquistado por cada um, de forma a considerar as diferenças para que haja eficiência do sistema avaliativo.

O corpo docente participa da elaboração de propostas que visem a formação integral do aluno, de modo a promover a reflexão do seu agir no meio em que está inserido. A maioria avalia a participação dos professores como muito boa e também são avaliados.

#### **CONCLUSÃO**

Ao analisar a Escola Municipal do Campo “Vereador Pedro Sérgio Corrêa” na totalidade, fica evidente que é um ambiente atrativo, com espaço externo amplo, arborizado e bem cuidado. A entrada da escola é adaptada com rampa, corrimão e cobertura, desde o portão até o saguão. As condições gerais das salas de aula são muito boas.

Há quantidade de materiais pedagógicos diversificados e suficientes ao número de alunos e um acervo de livros bem variados. No entanto, falta o espaço físico adequado para que a biblioteca seja organizada de forma acessível e eficiente.

Ainda sobre o espaço físico, constata-se a necessidade de local apropriado para as brincadeiras dos alunos de quatro e cinco anos, sala de informática e almoxarifado.

O refeitório é apropriado ao número de alunos, com lavatório, mesas e assentos acessíveis às diferentes faixas etárias.

Os sanitários são em número compatível à quantidade de alunos, com atendimento para cadeirantes e infantil.

Os profissionais, em sua maioria, são bastante comprometidos com suas funções, procurando desempenhar com zelo e dedicação suas responsabilidades.

Fica evidente que o comprometimento de toda a equipe faz com que a escola seja bem valorizada perante a comunidade, que compreende o papel transformador que esta exerce em uma sociedade.

Dessa forma, toda a equipe se empenha em proporcionar a sistematização do conhecimento, objetivando garantir a formação de alunos capazes de atuar crítica e conscientemente na sociedade, buscando o bem estar próprio e do semelhante.

### **Proposta Pedagógica Curricular:**

A Proposta Pedagógica Curricular é um documento norteador do trabalho pedagógico nas instituições de ensino do município, elaborado em consonância com o Referencial Curricular do Paraná, um documento feito em regime de colaboração entre estado e municípios, cujo objetivo é estabelecer direitos de aprendizagens a todos os estudantes do estado em uma perspectiva de equidade, ou seja, de garantir as condições necessárias para que essas aprendizagens se efetivem.

Assim, foi elaborado o Referencial Curricular do Paraná, que estabelece os princípios, os direitos e objetivos de aprendizagens para a Educação Infantil e Ensino Fundamental.

## **6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

BRASIL. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1998.

PARANÁ. Legislações que implicam na organização do trabalho pedagógico, orientações à rede pública estadual. Curitiba, 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 29ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. 33.ª ed. revisada. Campinas: Autores Associados, 2000.

VASCONCELLOS, Celso S. *Concepção Dialética Libertadora do Processo de Avaliação Escolar*. 4ª edição. São Paulo: Libertad, 1994.

REFERENCIAL CURRICULAR DO PARANÁ: princípios, direitos e orientações/ Secretaria de Estado da Educação e do Esporte - Curitiba: SEED – Pr., 2019.

## **7 - ANEXOS:**

